

FACULDADE JESUÍTA DE FILOSOFIA E TEOLOGIA

REDE BRASILEIRA DE CENTROS E INSTITUTOS DE JUVENTUDE

**PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM ADOLESCÊNCIA E
JUVENTUDE NO MUNDO CONTEMPORÂNEO**

**JUVENTUDE E FAMÍLIA JUVENTUDE E FAMÍLIA:
A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO NA AUSÊNCIA DAS
GRANDES MATRIZES PAI E MÃE**

GIOVANI APARECIDO MACHADO

GOIÂNIA/GO

2007

**FACULDADE JESUÍTA DE FILOSOFIA E TEOLOGIA – FAJE
REDE BRASILEIRA DE CENTROS E INSTITUTOS DE JUVENTUDE
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM ADOLESCÊNCIA E
JUVENTUDE NO MUNDO CONTEMPORÂNEO**

**JUVENTUDE E FAMÍLIA:
A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO NA AUSÊNCIA DAS GRANDES
MATRIZES PAI E MÃE**

**GIOVANI APARECIDO MACHADO
ORIENTADOR: MS. REZENDE BRUNO DE AVELAR**

**Monografia apresentada ao Curso
de Pós-graduação Lato Sensu em
Adolescência e Juventude no
mundo contemporâneo como
requisito para grau de
especialista.**

Dedico este trabalho aos jovens que aceitaram o convite e deram oportunidade para que eu mergulhasse em seu universo. Dedico também as Mulheres e Homens que acreditam no vigor da Juventude e são capazes de criar brechas e construir uma sociedade mais justa e solidária.

AGRADECIMENTO

Agradeço as pessoas, aos professores e professoras que direta ou indiretamente colaboraram na execução deste trabalho.

Agradeço carinhosamente aos amigos e amigas Áurea, Aureli, Eliane, Filó, Lorival, Lourdes, Lucas, Walderes e Vanildes que simplesmente estiveram presentes neste processo.

Agradeço à Instituição Casa da Juventude Pe. Burnier de Goiânia/GO que financeiramente contribuiu para que eu pudesse realizar esta especialização.

Agradeço ao amigo, professor e orientador Rezende pelo cuidado e atenção.

A todos e todas o meu carinho e eterna gratidão!

“Todo mundo ama um dia, todo mundo chora.
Um dia a gente chega o outro vai embora.
Cada um de nós constrói a sua história
e cada ser em si carrega o dom de ser capaz
e ser feliz.” (A. Sater e R. Teixeira)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal definir, caracterizar e contextualizar a juventude a partir do campo teórico. Será dedicado um espaço à questão dos jovens na Pós-modernidade, bem como situá-los e compreender os processos que envolvem sua formação. Apontaremos também como a família surge e o seu papel na dinâmica pós-moderna de construção dos sujeitos. Através da metodologia do Grupo Focal como técnica de investigação qualitativa analisaremos parcialmente a elaboração dialógica e subjetiva de como os jovens de nossa pesquisa vêem a família e quais os sentimentos que são despertados. Neste intuito delinearemos como esses jovens estão se construindo enquanto sujeito sem as grandes matrizes: pai e mãe.

Palavras-chave: Juventude – Pós-modernidade – Família – Construção de Sujeito

ABSTRACT

This paper has as main objective to define, to characterize and to context the youth starting from the theoretical field. A space will be dedicated to the youths' subject in the postmodernity, as well as to place them and to understand the processes that involve their formation. We will also indicate as the family appears and your role in the postmodern dynamic of construction of the citizen. Through the methodology of the Focal Group as technique of qualitative investigation we will analyze partially the dialectic elaboration and subjective of the youths of our research about the family and which are the feelings that are emerged from them. In this intention we will delineate as this youths are building themselves as citizens without the great main heads: father and mother.

Key-words: Youth - Postmodernity - Family - Construction of the citizen

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 OS SUJEITOS DA PESQUISA	11
1.1 Birigüi - SP – Brasil – O chão de nossa pesquisa	11
1.2 O caminho percorrido	13
1.3 Os sujeitos da pesquisa	18
2 IDENTIFICANDO A JUVENTUDE	20
2.1 Rosto Juvenil	20
2.2. (Re) construindo sujeitos jovens a partir do campo científico	23
2.2.1 Adolescência	23
2.3 Juventude	28
2.3.1 A Juventude de ontem	28
2.3.2 A Juventude hoje	31
2.3.3 Juventude na Pós-modernidade	36
2.4 Juventude ou Juventudes?	38
2.5 Superar a desigualdade no contexto juvenil	39
3 A FAMÍLIA	40
3.1 Família: sua origem	40
3.2 Família: a teoria	46
3.3.1 A Família e o Estado	50
3.4 Família: para onde vai?	53

4 O JOVEM: SUJEITO SOCIAL	57
4.1 O sujeito jovem frente a Pós-modernidade	57
4.2 O diálogo na construção de sujeitos: prática emancipatória	57
4.3 Subjetividade juvenil	60
4.4 O jovem como sujeito social	63
A EXPRESSÃO JUVENIL	67
5.1 A opinião dos jovens diante da pesquisa	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS	75

Introdução

Atualmente estamos inseridos num contexto de discursos que atingem os vários segmentos da sociedade, de modo a considerar que o mundo nunca foi tão “juvenil” como agora, parece-se não haver lugar onde não se fale bem ou mal desse público. O tema juventude cada vez mais ganha espaço na mídia, na universidade, no poder público e no imaginário social.

Temos a pretensão de ampliar este conceito. Para isso faz-se necessário compreender o tema juventude enquanto categoria social e histórica e também suas conexões com a adolescência, tanto no marco legal, quanto uma fase do ciclo de vida.

Analisaremos a juventude do ponto de vista sociológico, focalizando-se particularmente a construção de sujeitos sociais a partir de seu relacionamento familiar na ausência das grandes matrizes pai e mãe. Pelo que se pode constatar a literatura fornece subsídios no tocante à concepção de juventude, no entanto verificar-se-á como se dá formação da subjetividade desse jovem enquanto sujeito social.

Percorreremos toda a trajetória histórica, partindo da definição de família desenhada por alguns autores, na qual existe a possibilidade de situar na pós-modernidade o seu papel. Não opta-se por nenhuma definição, apenas pensa-se em expor, pois adotar uma ou outra definição implica fechar um conceito ao redor de uma instituição tão dinâmica quanto à família.

A metodologia usada foi à consulta aos cadastros e a técnica do Grupo Focal. O caminho percorrido tem caráter subjetivo na investigação. Por se tratar de um método qualitativo, tendo por objetivo gerar uma resposta a hipótese levantada inicialmente de que a instituição família, na ausência das grandes matrizes pai e mãe têm condições de potencializar e disponibilizar oportunidades para que o jovem possa se constituir enquanto sujeito social.

CAPÍTULO I

OS SUJEITOS DA PESQUISA

1.1 Birigui - SP – Brasil – O chão de nossa pesquisa

O município de Birigüi está localizado na 9ª Região administrativa do Estado de São Paulo, situando-se a 517 Km da capital do estado. A cidade tem como principal fonte econômica as indústrias de calçados, sendo a maioria calçado infantil, o que lhe confere o título de “*Capital Nacional do Calçado Infantil*”. Conta ainda com diversas indústrias operando em outros segmentos como: metalurgia, indústria têxtil, moveleira e de transformadores, entre outros.

Birigüi surgiu no início do século XX. A cidade foi crescendo e tornou-se conhecida como a Pérola da Noroeste e como Capital Brasileira do Calçado Infantil, atraindo trabalhadores de numerosas cidades próximas. O grande *boom* do surgimento de indústrias de calçados deu-se na década de 1980, sendo que, do total de empresários calçadistas que já abriram sua própria fábrica, 66% vieram de indústrias de calçados de Birigüi, como empregados ou ex-proprietários. (SERRA. 2006, p. 09)

A origem do nome da cidade de Birigüi conforme descreve Serra (2006), no local onde foi instalada era de mato fechado. Em 1908 a Companhia Paulista decidiu instalar nas margens da Estrada de Ferro Noroeste, entre os quilômetros 259 e 261, uma chave que, a partir de então, o trem estacionaria três vezes por semana.

Essa parada recebeu como nome Birigüi, uma região situada no município de Penápolis, na qual havia muitos birigüis. Segundo Serra (2006), birigüis é a denominação dada a uma espécie de abelha, da família dos psicodídeos, com asas e pernas relativamente grandes, parasita e transmissor de várias doenças. Também conhecido como barigüi, bererê, marigüi, tatuquira e mosquito-palha.

Birigüi é uma palavra de origem tupi, *mberu'í*, e vem, provavelmente, de *mberu*, termo que designa genericamente as abelhas e mosquitos, e do diminutivo *í*, significando pequeno mosquito. Assim, “mosca que sempre vem” designou um minúsculo mosquito hematófago que incomodava a todos e era bastante freqüente na região. O inseto

desapareceu. O nome também era dado a uma palmeira local, o Buriti (SERRA. 2006, p. 14).

A área geográfica do município de Birigüi é de 530.651 Km², sendo que sua área urbana corresponde a 46.206.726 km². A densidade populacional é de 194,95 hab./km² e seu crescimento demográfico estão estimados em 2,51% ao ano.

O município tem população estimada em 103.325 (IBGE, 2000), sendo que em 2005 a tendência à urbanização se destaca, sendo estimada em 97,2% e com apenas 2,8% da população residindo em áreas rurais. Desta população a faixa etária de 15 a 24 anos representa 18,9%.

Quanto à ocorrência de mortes por causas externas na faixa etária em questão, verifica-se que a taxa municipal (5,79% para homens e 2,21% para mulheres) é bem mais elevada do que a regional (3,64% para homens e 1,82% para mulheres).

Segundo dados¹ divulgados pela Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI – para apresentar o mapa da violência no Brasil nos anos de 1994 a 2004, a pesquisa aponta os homicídios e os acidentes de trânsito como as principais causas de morte entre os jovens com idade de 15 e 24 anos. Os homicídios são responsáveis por 39,7% das mortes e os acidentes de trânsito por 17,1%. Em conjunto essas duas causas são responsáveis por 56,8% das mortes.

O índice de mortalidade juvenil masculina está ligado às questões sociais que hoje abrange todo o Brasil. Em especial, Birigüi tem características peculiares das grandes metrópoles. Sendo uma cidade em franco desenvolvimento industrial, ocorre um grande êxodo de outras regiões, atraídas pelas propagandas de muita oferta de trabalho. Com o desenvolvimento industrial, a cidade não foi planejada para o crescimento, ocasionando sérios problemas sociais. Uma das questões que influenciam diretamente os jovens é a falta de experiência para o mercado de trabalho, deixando-o na ociosidade e expostos a violência.

Outra pesquisa² publicada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), em parceria com o Instituto Polis³, em 2006, mostra que

¹ Dados publicados no Jornal Correio do Povo, de Porto Alegre-RS em 17 de novembro de 2006.

² Dados publicados no Jornal Correio do Povo, de Porto Alegre-RS em 17 de novembro de 2006.

27% dos jovens entre 15 e 24 anos não estudam e nem trabalham. Este percentual representa aproximadamente sete milhões, de uma população juvenil estimada em 34 milhões. Considera-se que este seja o perverso caminho da exclusão social dos jovens, gerando situações de instabilidade, principalmente nas periferias urbanas.

1.2 O caminho percorrido

O resultado da investigação realizada entre fevereiro a agosto de 2007, apresenta subsídios para novas estratégias e ações voltadas para as juventudes⁴. Para tanto, foi necessário explorar um método sensível, capaz de conhecer a realidade dos jovens que não residem com as grandes matrizes: pai e mãe. Reconhecendo a importância de se ter informações concisas que possam contribuir no que diz respeito à construção de sujeitos, a pesquisa adotou as seguintes abordagens metodológicas:

1) Análise documental (prontuários), por meio de um levantamento de dados extraído do Cadastro Pró-Social⁵ do Governo do Estado de São Paulo buscando caracterizar o perfil dos jovens cadastrados no Programa Ação Jovem⁶. O Programa Ação Jovem executado pela Prefeitura de Birigüi/SP por meio da

³ Organização não Governamental (ONG) dedicada ao estudo e formulação de políticas públicas municipais e estratégias de desenvolvimento local.

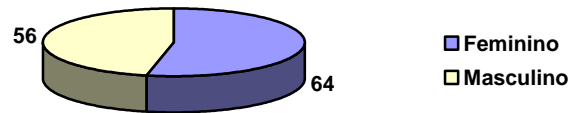
⁴ Mais adiante, abordaremos o conceito de juventude no plural.

⁵ O Cadastro Pró-Social foi concebido como um sistema na WEB (<http://www.prosocial.sp.gov.br>) com o objetivo de reunir e organizar as informações das ações sociais executadas no Estado de São Paulo, fornecendo os meios necessários para a articulação dos diversos programas, sejam eles públicos ou privados. O cadastramento das famílias é feito diretamente pela Instituição Executora do programa. O sistema entrou em operação em março de 2004 e permite a visualização dos beneficiários de três programas de transferência de renda: Renda Cidadã e Ação Jovem, ambos estaduais, e Bolsa Família, federal.

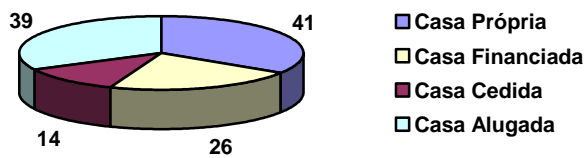
⁶ O Projeto Ação Jovem foi criado mediante Decreto nº 49.807, de 21 de julho de 2005 e Resolução SEADS-8 (Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social) de 05 de agosto de 2005 publicada no Diário Oficial – Poder Executivo – Estado de São Paulo – Seção I. Tem como objetivo beneficiar jovens domiciliados nos setores censitários de alta vulnerabilidade e concentração de pobreza, com apoio financeiro temporário de R\$ 60,00 (sessenta reais) mensais, associado a ações que possibilitem a sua inserção no circuito de bens, serviços e riquezas societárias. O Projeto é desenvolvido pela Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social, em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social do município de Birigüi/SP. Os principais critérios para seleção do projeto são: 1) ter idade entre 15 e 24 anos; 2) estar com ensino fundamental ou médio incompletos; e 3) ter, prioritariamente, renda familiar de até 2 (dois) salários mínimos. Para receber o subsídio, o jovem deve comprovar frequência na escola ou no curso profissionalizante que estiver matriculado. O período de permanência no programa é de até 12 meses, podendo ser prorrogado, mediante avaliação, até o prazo máximo de 24 meses.

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social atende atualmente 120 jovens na faixa etária compreendida entre 15 e 18 anos.

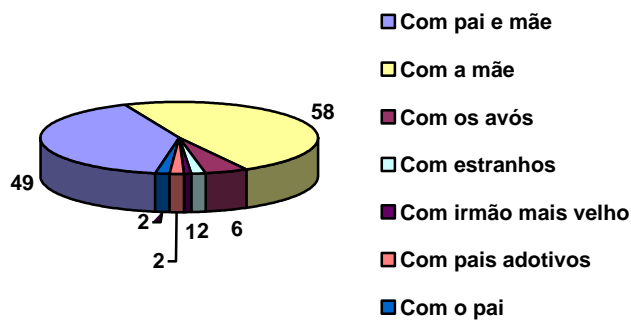
Quanto ao gênero, estão assim divididos:



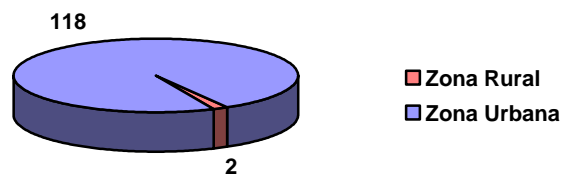
Aspectos de moradia:



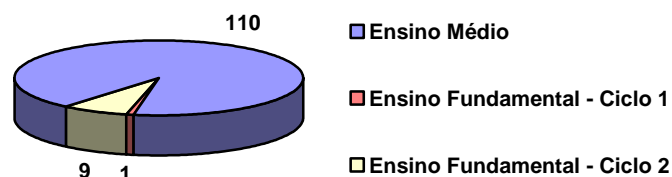
Com quem moram estes jovens:



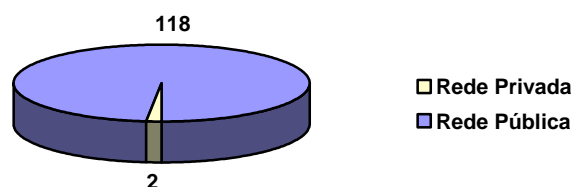
Quanto aos domicílios:



Escolaridade:



Os jovens na escola:



2) Estudo qualitativo, baseado no Grupo Focal⁷. Tal escolha conforme Minayo (2000) permite que esta atividade seja feita verbalmente ou por escrito, incluindo a “presença ou interação direta entre pesquisador e os atores [...] e complementada por uma prática de observação participante” (p. 121). Contou com a participação de seis jovens do sexo masculino debatendo sobre alguns temas escolhidos previamente. Os temas foram dispostos em placas com algumas gravuras temáticas que nortearam a discussão. Os temas selecionados foram família, escola, religião, ecologia, divórcio, sexo antes do casamento, homossexualidade, redução da maioria penal e drogas. Para este estudo nos

⁷ Grupo Focal é uma técnica de avaliação que oferece informações qualitativas. Um facilitador guia o grupo numa discussão que tem por objetivo revelar experiências, sentimentos, percepções, preferências. São formados com participantes que têm características em comum e são incentivados pelo facilitador a conversarem entre si, trocando experiências e interagindo sobre suas idéias, sentimentos, valores, dificuldades, etc. Para análise dos dados, deve-se levar em consideração: palavras utilizadas repetidamente, o contexto no qual a informação foi obtida, concordâncias entre as opiniões dos participantes, alteração de opiniões ocasionadas pela pressão do grupo, respostas dadas em função de experiências pessoais de maior relevância do que impressões vagas, idéias principais, comportamentos, gestos, reações, sentimentos, valores em ordem pedagógica, ideológica e ética, preconceitos, dificuldades de compreensão das perguntas feitas, entusiasmos, dificuldades no enfrentamento de desafios, aproveitamento dos espaços de liberdade etc. (Estas informações foram coletadas em: <http://www.fae.ufmg.br/escplural/grupofocal.htm>) Segundo Aschidamini & Saube (2006) O Grupo Focal tem “caráter subjetivo de investigação” (p. 10) e a utilização da metodologia é qualitativa, tendo por “objetivo gerar uma gama de respostas e formular hipóteses, não necessariamente chegar a um discurso conclusivo sobre as questões pesquisadas.” (p. 10) Para as autoras em questão o ideal é que o total de participantes “oscile entre um mínimo de seis e um máximo de doze pessoas.” (p. 11)

reunimos ao redor de uma mesa e na parede foram dispostas três grandes placas nas cores vermelho (pare/negação), amarelo (alerta/atenção), verde (liberado/concordância). Dividimos o trabalho em cinco momentos:

1º Momento: Explanação do motivo pelo qual estávamos reunidos e de como seria desenvolvido a atividade. Todos aceitaram e assumiram o compromisso de debater suas idéias e pontos de vista. Dentro de um envelope grande havia vinte e uma placas. Nenhum dos jovens sabia quais eram. Aleatoriamente iam tirando as placas e colando-as sobre as cores, conforme as regras estabelecidas previamente, de acordo com seu modo de pensar e sem se comunicar oralmente;

2º Momento: Individualmente e em silêncio cada qual ia até o “semáforo” e fazia as modificações que achava pertinente, ou seja, não concordava com o posicionamento de seus pares;

3º Momento: Foi sugerido pelo facilitador que cada um escolhesse um tema que considerasse relevante e fizesse suas observações;

4º Momento: O facilitador escolhia o tema e um jovem para fazer os comentários;

5º Momento: Cada jovem escolheu um tema e um colega para falar sobre o assunto;

6º Momento: Nesta fase o jovem comenta sobre o tema que ele solicitou ao colega.

O GF conforme Gondim (2002) facilita o confronto de opiniões e “permite comparar o conteúdo produzido no grupo com o cotidiano dos participantes em seu ambiente natural.” (p. 05) Neste sentido o GF pode contribuir como uma técnica privilegiada na conceitualização do tema ora em questão que é a construção de sujeitos.

O espaço do diálogo propiciou à participação e escuta àqueles que não tem o hábito da comunicação, que foram e estão sendo silenciados por um tempo histórico.

Freire nos ajuda quando escreve que:

[...] não há diálogo verdadeiro se não há nos seus sujeitos um pensar verdadeiro. Pensar crítico. Pensar que, não aceitando a dicotomia mundo-homens, reconhece entre eles uma inquebrantável solidariedade. Este é um pensar que percebe a realidade como processo... (FREIRE, 1987, p. 82).

As informações foram registradas preservando a discrição quanto à divulgação de seus nomes. O conteúdo mapeado se une ao conhecimento produzido sobre juventude, em particular no Brasil, no sentido de ampliar o debate, estimular e fortalecer as redes de parcerias, propiciando oportunidades para que os jovens possam desenhar um outro mundo possível.

O desafio central do estudo está em ir além do discurso corrente de que as famílias classificadas como “estruturadas” exercem influência fundamental e positiva na construção de sujeitos e que, os jovens que moram com avós, tios, irmãos ou estranhos, conhecida popularmente como famílias “desestruturadas” exercem influência comprometedora na formação juvenil.

Losasco (2003), acrescenta que hoje a configuração familiar modificou-se profundamente.

Muito embora os meios de divulgação e mesmo alguns profissionais da área da infância e juventude enfatizarem que a instituição família encontra-se em processo de desestruturação, de desagregação ou de crise, temos que ter claro que, mesmo aquelas que apresentam problemas, ela é ainda um “porto seguro” para os jovens e crianças. É muito importante salientar que a família como organismo natural não acaba e que, enquanto organismo jurídico, requer uma nova representação (LOSASCO, 2003, p. 64).

Por fim, este estudo torna-se um passo para fortalecer os jovens como atores sociais, ou seja, sujeito de direitos, capaz de gerir seu processo de transformação pessoal e coletivo. Nossa hipótese é que a família exerce importante papel na construção do sujeito, mas é imprescindível a participação e mobilização de parceiros – pessoas que convivem na casa, escola, redes institucionais e meios de comunicação. A questão não é se a família é “estruturada ou desestruturada”, mas dizer que a instituição família, como afirma Losasco (2003), ora em voga seja funcional e que tenha condições de potencializar e disponibilizar oportunidades para o jovem se constituir enquanto sujeito social.

1.3 Os sujeitos da pesquisa

Para a realização desta pesquisa, nosso objeto de estudo foi selecionado no universo de 120 jovens que participam do Programa Ação Jovem. Dentre estes fizemos uma seleção, priorizando aqueles jovens que não residiam com as grandes matrizes pai e mãe. Tínhamos treze jovens do sexo masculino, sendo que desses somente seis aceitaram o convite de participar do Grupo Focal.

Conforme normas estabelecidas para a realização desse trabalho de pesquisa, omitiremos o nome dos jovens participantes. Os mesmos serão denominados “*Jovem*”.

As informações aqui contidas foram recolhidas pela Assistente Social na data em que foi realizado o cadastro de ingresso do jovem ao Programa.

Jovem G: Nasceu em 29 de janeiro de 1991 e tem 16 anos de idade. É aluno bolsista em um Colégio da Rede Privada. No Programa participa da Oficina de Língua Inglesa. Reside com um irmão mais velho e sua avó. Sua mãe era usuária de entorpecentes, vindo a falecer no ano de 2004. Não tem notícias e não conheceu o pai.

Jovem P: Nasceu em 18 de janeiro de 1991 e tem 16 anos de idade. Está cursando a 2ª Série do Ensino Médio em uma Escola da Rede Pública Estadual. No Projeto participa da Oficina de Esporte (Futebol). Reside com a avó desde 2003. A mãe está casada pela segunda vez, trabalha em uma Indústria de Calçados e reside na mesma cidade. Conhece o pai, mas não há nenhum tipo de contato, sabendo apenas que mora em outra cidade.

Jovem R: Nasceu em 06 de março de 1992 e tem 15 anos. Desistiu da escola em meados do ano de 2004, quando cursava a 5ª série do Ensino Fundamental em Escola da Rede Pública Estadual. No Programa participa da Oficina de Serigrafia. Reside com uma tia. Já foi usuário de entorpecentes e já esteve detido por cometer ato infracional grave. A mãe está morando em outra localidade distante 70 km. Seu pai está encarcerado, cumprindo pena num Centro de Ressocialização.

Jovem M: Nasceu em 18 de setembro de 1989 e tem 17 anos. Cursa a 3ª Série do Ensino Médio em Escola da Rede Pública Estadual. No Programa participa da Oficina de Artesanato e Dança. Reside com a avó. A mãe reside na mesma cidade, porém em endereço diferente. Mantém contato esporadicamente

com seu pai, recebe pensão alimentícia, porém o mesmo reside em outro município distante 80 km.

Jovem L: Nasceu em 26 de agosto de 1991 e tem 16 anos. Reside com os avôs maternos. Está cursando a 8ª Série do Ensino Fundamental em Escola da Rede Pública Estadual. No Programa participa da Oficina de Esportes (Futebol). Seus pais são falecidos e foram usuários de entorpecentes. O motivo da morte foi ter contraído o vírus HIV.

Jovem J: Nasceu em 05 de setembro de 1990 e tem 17 anos. Cursa a 1ª Série do Ensino Médio em Escola da Rede Pública Estadual. No Projeto participa da Oficina de Esporte (Futebol). Neste ano foi submetido a uma cirurgia de redução de estômago em função de sua obesidade (na data da cirurgia pesava 150 kilos, hoje está com 75 kilos). Reside com avó paterna. Sua mãe faleceu quando tinha três anos de idade. Seu pai mora na mesma cidade, porém em endereço diferente e é alcoólatra.

Quanto ao perfil sócio econômico, a renda familiar é inferior a dois salários mínimos vigente no país, residem em regiões periféricas da cidade e as casas onde moram são dos responsáveis pelos jovens, portanto não pagam aluguel.

CAPÍTULO II

IDENTIFICANDO A JUVENTUDE

2.1 Rosto juvenil

Somos sabedores que na história da humanidade a juventude sempre esteve presente, às vezes evidente, em outras silenciada, não por opção, mas por estar ligada diretamente a uma cultura ou religião. Segundo Dick (2003, p.13), a juventude, aparece na história buscando por “afirmar-se em seu papel de construtora de seu protagonismo, característica fundamental de sua idade.”

Dick (2003) ainda explicita que a juventude sempre existiu, mas não é reconhecida, sendo suplantada consciente ou inconscientemente pelo mundo dos adultos – família, igrejas ou sociedade – que traz em seu consciente coletivo as marcas de uma sociedade opressora, que usa de discursos e mecanismos para afirmar que o adolescente e o jovem não têm responsabilidade, sendo muito instável em seus comportamentos.

As palavras adolescência e juventude têm significados distintos, ainda que superpostos. Verificamos muitas vezes seu uso como sinônimos.

É comum se referir indistintamente aos sujeitos que vivem esses períodos como adolescentes ou jovens. Podemos verificar as definições no Dicionário Aurélio⁸. A palavra *juventude* como a “1. Idade moça; mocidade, adolescência, juventa. 2. a gente moça; mocidade. 3. fase do ciclo de um lago na qual este recebe mais água do que perde e por isso tem maior duração.” A palavra *adolescência* diz “1. O período da vida humana que sucede a infância, começa com a puberdade, e se caracteriza por uma série de mudanças corporais e psicológicas (estende-se aproximadamente dos 12 aos 20 anos)”. O termo *Jovem* acrescenta “1. Que é moço, que está na idade juvenil; juvenil. 2. produzido ou criado pelos jovens, pela juventude. 3. diz-se do animal em tenra idade.” Para o termo *adolescente*, o autor descreve “1. Que está na adolescência. 2. Fig. Que está no começo, no início, que ainda não atingiu todo o vigor. 3. De pouco tempo; novo: “Plantei, com a minha mão ingênua e mansa, / Uma linda amendoeira

⁸ Retirado de www.uol.com.br/aurelio

adolescente”. (Raul de Leoni, Luz Mediterrânea, p. 65). 4. Próprio adolescente: “D. Camila prolongou, quanto pôde, os vestidos adolescentes da filha.” (Machado de Assis, Histórias sem data, p. 122). 5. Pessoa que está na adolescência.”

Não é possível perceber nas quatro definições quaisquer distinções entre os verbetes juventude e adolescência ou entre jovem e adolescente. A imprecisão dos conceitos é vaga e reflete indefinição ampla e disseminada.

A juventude, embora possa ser considerada como um período da vida com alguma unidade, possui também diferenciações internas relacionadas ao desenvolvimento fisiológico, psíquico e social dos sujeitos nos seus diferentes estágios, que, *grosso modo*, classificamos por categoria ou classe de idade. Assim, jovens de 12 anos apresentam características e vivências que os distinguem de jovens de 20 anos de idade. Por isso, a diferenciação entre adolescência e juventude pode enriquecer nossa compreensão destas fases da vida, sem homogeneizá-la excessivamente (CORTI & SOUZA, 2004, p. 10).

Para as autoras a diferenciação entre os conceitos, mesmo não sendo simplório, pode possibilitar um conhecimento mais detalhado, reconhecendo suas peculiaridades e também suas conexões.

Para a Organização das Nações Unidas (ONU), jovens são aquelas pessoas com idade entre 15 e 24 anos.

A Organização Mundial de Saúde (OMS), instituição ligada a ONU para a saúde, define como adolescentes aquelas pessoas entre 10 e 19 anos (abrangendo a pré-adolescência dos 10 aos 14 anos e a adolescência propriamente dita dos 15 aos 19 anos) e jovens aquelas que compreendem a faixa etária entre os 15 e 24 anos. A OMS considera que a juventude é uma categoria sociológica que implica a preparação dos indivíduos para a vida adulta.

No Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), legislação federal de 1990 define a adolescência como a fase que vai dos 12 aos 18 anos incompletos, sendo o período posterior à infância. Como indica o próprio nome do documento, a ênfase está na adolescência, não mencionando a juventude.

No ECA a adolescência não se confunde com a juventude, enquanto que para a ONU a definição de juventude abarca uma parte dos adolescentes.

Em 2005, foi criada a Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude, ambos vinculados à Presidência da República. Definem

juventude as pessoas com idade entre 15 e 29 anos. Esta Secretaria é responsável por iniciativas do governo direcionadas para a população jovem, levando em conta as características, as especificidades e a diversidade da juventude.

Segundo dados do Censo 2000 – IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) o universo da população de 15 a 24 anos, residente no território brasileiro é de aproximadamente 20% do total da população brasileira. Entre os 15 a 19 anos temos um número de 17.939.815 e de 20 a 24 anos somam-se 16.141.515 jovens, totalizando 34,1 milhões de jovens.

Alguns outros dados pertinentes ao universo juvenil constatado pelo IBGE: Aproximadamente 80% dos jovens do Cone Sul vivem no Brasil. Nosso país concentra 50% dos jovens da América Latina; Dos 34 milhões de jovens, 28,2 milhões (83%) moram na zona urbana e 5,9 milhões (17%), na zona rural; 20 milhões de jovens (58,7%) vivem em famílias com renda per capita de até um salário mínimo; 1,3 milhões dos jovens são analfabetos, sendo que desses 900 mil são negros; A taxa de mortalidade por homicídios de jovens de 15 a 24 anos no Brasil (45,8 por 100 mil jovens em 1999) era a terceira maior do mundo, ficando atrás apenas da Colômbia e Porto Rico; Em 2001, existiam 10 mil jovens em privação de liberdade, desse total, 90% eram do sexo masculino e 76% estavam na faixa etária de 16 a 18 anos.

Sob outro enfoque, esta mesma juventude sabe se impor na sociedade. Segundo dados da pesquisa *Perfil da Juventude Brasileira*⁹, foi questionado acerca de como se sentem como jovens: diria que tem mais coisas boas ou ruins em ser jovem? O resultado foi 74% afirmando que existem mais coisas boas, 11% que existem mais coisas ruins e 14% respondeu que existem ambos. Outro item versa sobre os problemas que mais preocupam os jovens atualmente e, como resposta, obteve-se 27% afirmando ser segurança/violência, 26% emprego/profissão, 8% drogas, por fim, os quesitos família, saúde e educação obtiveram 6% em cada item. Quanto aos assuntos que consideram mais importantes para serem discutidos pela sociedade, os quatro mais votados foram violência, cidadania e direitos humanos, educação e a desigualdade social.

⁹ Pesquisa do Projeto Juventude/Instituto Cidadania, com a parceria do Instituto de Hospitalidade e do Sebrae, sob a responsabilidade técnica da Criterium Assessoria em Pesquisas, realizada em áreas urbanas e rurais de todo o território nacional, com jovens de 15 a 24 anos, de ambos os sexos e de todos os segmentos sociais. Os dados foram coletados entre novembro e dezembro de 2003.

Os dados da pesquisa *Perfil da Juventude Brasileira* demonstra ao nosso ver, têm no cenário atual uma juventude atenta à atual conjuntura social, destacando-se os elementos acima citados como os de maior interesse e preocupação. São gritos silenciados que vão se tornando cada vez mais evidentes¹⁰.

2.2 (Re) Construindo sujeitos jovens a partir do campo científico

2.2.1 Adolescência

Durante o século XX, o tema adolescência e juventude foi discutido por diferentes correntes da Psicologia e da Psicanálise. A ênfase como afirma Corti e Souza (2004), recaiu sobre a adolescência, entendida a fase natural e imediatamente posterior a infância, sendo a juventude uma categoria menos utilizada.

Entende-se que qualquer teoria traz a marca da mentalidade predominante no momento histórico em que foi gestado. A interpretação a partir do quadro teórico que segue é concebido a partir de referências culturais de cada sociedade, sendo necessário pensar a inserção de determinantes socioculturais para garantir aos adolescentes e jovens a oportunidade de reelaboração e construção de novos sujeitos.

Corti & Souza (2004), na perspectiva psicanalítica:

Entende-se que a adolescência é o trabalho psíquico exigido pela transição do universo infantil – marcado pela instituição familiar – ao chamado mundo adulto, que, por sua vez, é regido pela capacidade de trabalho e pela responsabilidade do sujeito com as próprias ações. [...] tornar-se adulto implica construir um caminho a partir de referências recebidas, seja opondo-se a elas, seja reafirmando-as ou ressignificando-as, a fim de estabelecer um posicionamento do sujeito frente ao seu próprio corpo, a seu objeto de desejo, a seu lugar de origem (família ou seus substitutos) e a valores e princípios que pautem sua ação. A construção deste caminho é que constitui o chamado processo adolescente (CORTI & SOUZA, 2004, p.19).

¹⁰ Parafraseando o título do livro “Gritos silenciados, mas evidentes” de Hilário Dick, 2003.

Para Erikson (1976), a adolescência sempre existiu em algumas culturas. Em certos períodos passou a ser um modo de vida entre a infância e a idade adulta. Com suas particularidades e formas de expressão, sendo também uma fase boa ou ruim. O autor afirma que:

[...] o potencial ideológico de uma sociedade que fala mais claramente ao adolescente que está tão ansioso por ser afirmado pelos seus pares, confirmado pelos professores e inspirado por “modos de vida” que valham a pena ser vividos. Por outro lado, se um jovem pressentir que o meio tenta privá-lo radicalmente de todas as formas de expressão que lhe permitiram desenvolver e integrar o passo seguinte, ele poderá resistir com o rigor selvático que se encontra nos animais que são forçados, subitamente, a defender a própria vida. Pois, de fato, na selva social da existência humana, não existe sentimento vivencial sem um sentimento de identidade (ERIKSON, 1976, p. 130).

Um dos principais conflitos narrados por Erikson (1976), é a estigmatização dos adolescentes por meio de diagnósticos e juízos sociais que ignoram as especiais dinâmicas da adolescência. Em geral, é a dificuldade para decidir uma identidade ocupacional, o qual mais perturba os jovens, vivendo cotidianamente com o sentimento de perda de identidade.

Isso é inevitável num período da vida em que o corpo muda radicalmente suas proporções, em que a puberdade genital inunda o corpo e a imaginação com toda a espécie de impulsos, em que a intimidade com o outro sexo se aproxima e, ocasionalmente, é imposta à pessoa jovem e em que, enfim, o futuro imediato a coloca diante de um número excessivo de possibilidades e opções conflitantes (ERIKSON, 1976, p. 133).

Quanto à crise de identidade apresentada pelo autor, o jovem furta-se a intimidade ou lança-se em atos de intimidade confusos, sem uma verdadeira integração ou real entrega de si próprio. Ressalta também que

[...] pelo mesmo princípio, uma civilização pode ser medida pelo significado que ela dá ao ciclo vital, em sua totalidade, pois tal significado, ou falta dele, não pode deixar de penetrar os primórdios da geração seguinte e, portanto, as possibilidades de outros enfrentarem as questões fundamentais com alguma clareza e vigor (ERIKSON, 1976, p. 141).

Segundo Losasco (2003), esta “crise” é um acontecimento universal, que mais cedo ou mais tarde se instala na vida de qualquer ser humano, independente de cultura, classe socioeconômica, etnia ou sexo. Segundo a mesma autora, a crise gera insegurança pelo novo, deixando o indivíduo vulnerabilizado em decorrência das transformações geradas pela sociedade a qual estamos inseridos.

As características particulares da pós-modernidade, conjugadas as relações de gênero, etnia, costumes e moral são possibilidades para a superação das vulnerabilidades. Losasco afirma que gradativamente “é na adolescência que se instala a tão falada *crise*, que nada mais é do que a ruptura do equilíbrio no processo biopsico-relacional adquirido na construção da infância” (2003, p. 68).

O autor atribui a cada fase da vida uma força vital que promove a vitalidade humana: “Esperança, na infância; Vontade e propósito, na idade lúdica; Destreza, na idade escolar; Fidelidade na adolescência; Amor, no jovem adulto; Assistência, na idade adulta; Sabedoria na velhice” (ERIKSON, 1976, p. 234).

Erikson (1976), complementa afirmando que o homem é a criatura que se ajusta a uma diversidade de meios, de acordo com as suas próprias invenções. É uma criatura que evolui com um ciclo vital específico, adaptável e modificável, permeado ao meio a qual está inserido. Quanto à juventude, seus esforços são mais apaixonados e mais erráticos, concluindo que a fidelidade é a sua força vital precisando apenas de oportunidade para se desenvolver.

Segundo Leontiev (1978), há duas teorias que sustentam a concepção de conflitos juvenis. Uma das teorias afirma que a personalidade pode ser formulada com o objetivo de estudar o organismo humano individual. Organismo este que nada mais é do que a história das suas adaptações. Esta concepção encara também as relações mútuas existentes entre o homem e a sociedade de maneira naturalista, isto é, por analogia com as relações mútuas que existem entre o animal e o meio. Tendo como base de sustentação o pragmatismo na teoria do conhecimento.

A outra corrente teórica é a sociológica. O homem é considerado como um ser social que procura revelar as particularidades intelectuais que lhe são inerentes na história da sociedade. Constitui uma tendência histórica e sociológica da psicologia, totalmente distinta da corrente naturalista e biológica. Seu ponto de partida está na sociedade formadora da natureza humana, ou seja, a sociedade é o princípio da explicação do indivíduo.

No decurso da evolução da ciência psicológica, o isolamento recíproco destes dois tipos de concepção do psiquismo, foi, é certo, apenas relativo, pois as pesquisas concretas, se bem que emanando de posições e de correntes opostas aprofundavam finalmente os mesmos fenômenos psicológicos; objetivamente isso ofereceu a possibilidade de suprimir a dicotomia da psicologia, mas será necessário um trabalho teórico mais importante ainda para o alcançar definitivamente. Nem o materialismo mecanicista nem o idealismo estão em estado de orientar a pesquisa psicológica de maneira a criar uma ciência única da vida psíquica do homem. Este problema só pode ser resolvido sobre a base de uma concepção do mundo filosófico que estenda a explicação científica e materialista tanto aos fenômenos naturais como aos fenômenos sociais. Existe uma única concepção de mundo que responde a este objetivo: a filosofia do materialismo dialético (LEONTIEV, 1978, p. 151).

Porém Leontiev (1978), descreve a importância decisiva do problema para determinar o rumo sócio-histórico do psiquismo humano. A teoria Marxista sobre a transformação da natureza humana no decorrer do processo de desenvolvimento da atividade material e intelectual da sociedade é a fonte direta do aparecimento do problema da consciência e da atividade humanas. Leontiev considera que Marx foi o primeiro a dar este ponto de vista para uma análise científica da natureza do homem enquanto ser natural e social.

Para Lúria (1986), a consciência não é um estado interior primário da matéria viva, nem são processos psicológicos que surgem no interior da célula viva, mas relações com o meio circundante – organismo e mundo exterior – que caracteriza toda a atividade vital do organismo. Todavia, este mecanismo tem seus

[...] traços básicos focados no reflexo, bem como suas formas básicas tais como foram estabelecidas no processo da história social devem ser procurados não no interior do sistema nervoso, mas nas relações concernentes à realidade, estabelecidas em estágios sucessivos de desenvolvimento histórico (LURIA, 1986, p. 194).

Segundo Lúria (1986), a consciência do homem é a sua possibilidade de avaliar as informações sensoriais. Sua resposta está no pensamento e ações críticas. Tal consciência possui habilidade de processar ações passadas para que possam ser usadas no futuro. É resultado da complexidade de suas atividades, cuja função se relaciona com o mundo circundante e com a regulação do comportamento.

Falando sobre o fenômeno da adolescência, a psicologia ainda apresenta o seu comportamento como se fosse algo da natureza humana. É grande o desinteresse de alguns estudiosos em explicar a gênese do psiquismo juvenil, pois este, a nosso ver é tomado como algo natural. A relação do indivíduo com a sociedade é uma relação praticamente ignorada.

Erikson (1976), descreve também o papel de institucionalização da adolescência. Apresentou-a partir do conceito de moratória e caracterizou-a como uma fase especial no processo de desenvolvimento, na qual a confusão de papéis, as dificuldades para estabelecer uma identidade própria a marcavam como “[...] um modo de vida entre a infância e a vida adulta” (ERIKSON, 1976, p. 128)

Segundo Erikson (1976), a adolescência está focada como uma fase complexa e problemática da vida, devendo ser superada, vista muitas vezes como patologia. As características específicas da adolescência (se existem) são tomadas como naturais, ou até mesmo negativas. O adolescente como parceiro social é visto com desconfiança. Suas ações são imaturas. O jovem fica à mercê no mundo “adulto”. E a sua desvalorização é reforçada na sociedade conservadora.

Se por um lado o adolescente não quer ter determinados “adultos” como referência, por outro, escolhem alguns como ídolos, imitando-os e almejando ser como eles sem questionamentos. Segundo Losasco (2003), o adolescente provoca uma revolução na família e na sociedade, desembocando numa situação geracional nem sempre é bem resolvida.

Assim sendo, penso ser interessante à reflexão de Bock (2006), sobre a teoria sócio-histórica para trazer um novo conceito para a adolescência que responde também ao intuito desta pesquisa.

A adolescência não é vista aqui como uma fase natural do desenvolvimento, como uma etapa natural entre a vida adulta e a infância. A adolescência é vista como uma construção social que tem suas repercussões na subjetividade e no desenvolvimento do homem moderno e não como um período natural do desenvolvimento. É um momento significativo, interpretado e construído pelos homens. Estão associadas a ela as marcas do desenvolvimento do corpo. Essas marcas constituem também a adolescência como fenômeno social, mas o fato de existirem como marcas do corpo não devem fazer da adolescência um fato

natural. Há muitas outras características que constituem a adolescência; além disso, as marcas corporais são significadas socialmente, não sendo tomadas no conceito de adolescência em si, como características do corpo e, portanto, naturais. Exemplo disso são os seios na menina e força muscular nos meninos. Sabemos que os seios e o desenvolvimento da massa muscular acontecem na mesma fase da adolescência, mas a menina que tem seus seios se desenvolvendo não os vê, sente e significa como possibilidade de amamentar seus filhos no futuro, o que seria vê-los como naturais. Com certeza, em algum tempo ou cultura, isso já foi assim. Hoje, os seios tornam as meninas sedutoras e sensuais. Esse é o significado atribuído em nosso tempo. A força muscular dos meninos já foi significada como possibilidade de trabalhar, guerrear e caçar. Hoje é beleza, sensualidade e masculinidade (BOCK, 2006).

As condições sociais determinam o papel que os adolescentes têm como fonte animadora. A moratória descrita por Erikson (1976), nos jovens, a nosso ver não é um período necessário do seu desenvolvimento. Penso ser o período em que os adultos deste início de século consideram normal a preparação dos jovens mais tempo para o mercado de trabalho e responderem às necessidades da pós-modernidade. O impacto causado pelo surgimento da globalização gerou grandes modificações nas formas de estabelecer relações.

Não há como negar que a adolescência é uma fase natural do desenvolvimento humano que perpassa toda uma construção histórica. A partir de conceitos discriminatórios vividos numa sociedade excludente, a contribuição dos autores que abordam o conceito de adolescência colabora de forma efetiva na reflexão sobre a temática e a possibilidade de superação e construção de novos saberes acerca do universo juvenil.

As demandas da sociedade em profunda e constante transformação, por sua vez, também passam a “exigir dos adultos” um olhar diferenciado, ou seja, uma formação que ao menos atenda a essa demanda, criando condições para que os jovens exerçam seu protagonismo.

2.3. Juventude

2.3.1. A Juventude de ontem

Nos diferentes períodos históricos, o termo juventude diferencia-se de adolescência. A juventude entendida como uma fase da vida recebeu significados distintos de acordo com a época e costumes de cada sociedade. É possível reconhecer nas bibliografias que consultamos que em nenhuma a juventude obedeceu a critérios biológicos, ligados ao desenvolvimento, norteados por critérios intrinsecamente sociais.

O corpo e o treinamento físico ganham ressonância na Grécia arcaica, sobretudo pela classe dos guerreiros advindos da nobreza. Viver a juventude com intensidade foi um traço marcante da sociedade grega.

Na Roma antiga houve um grande prolongamento da adolescência e juventude. Os grupos etários recebiam a seguinte classificação: infância até os 15 anos; adolescência dos 15 aos 30; e juventude dos 30 aos 45 anos.

Quanto às mulheres romanas, estas eram classificadas pelos papéis sociais que cada uma desempenhava: virgem, mãe ou esposa. Não seguiam os parâmetros utilizados para os homens, mas sim definidas em caráter de dependência e subordinadas ao poder dos pais, dos irmãos ou dos maridos.

Para os homens a entrada na vida adulta e conseqüente abandono da juventude se davam a partir de ritos de passagem. O mais conhecido era o da toga viril¹¹.

Na Itália Medieval a morte do pai, principal autoridade na centralização do poder, era um marco importante de passagem à vida adulta, pois os jovens não possuíam independência econômica. A juventude era associada a condutas de arruaças e desordens noturnas. O caráter transgressor dos *giovani* (jovens) era administrado em muitas cidades italianas por meio de rituais que duravam anos para a sua integração progressiva na vida pública.

No período medieval a classificação de idade obedecia a dois sistemas. Um deles é originário da cultura profana (século XIII) que definia o indivíduo em quatro idades, representado por estações: a infância seria a primavera; a juventude o verão; a idade média o outono; e a velhice o inverno. O outro sistema proveniente da cultura erudita e clerical classifica o indivíduo em seis idades:

¹¹ A toga viril é um ritual romano que precede a noite em que o jovem vestia uma túnica particular, com a qual dormira, assim como fazia as moças virgens na noite anterior às núpcias. Assim, na manhã seguinte, o rapaz abandonava a infância. A toga viril, também conhecida como toga livre era uma vestimenta por excelência aos cidadãos romanos. A parte privada da cerimônia era complementada no Fórum ou Capitólio, local onde era administrada a justiça com os adultos falando e discutindo sobre política. (apud FRASCHETTI, Augusto, 1996, p. 73-74)

infantia (do nascimento aos 7 anos); *pueritia* (dos 7 aos 14 anos); *adulescentia* (de 14 a 21 ou 28 anos); *juventus* (21 a 28 ou 35 anos); *virilitas* (35 a 55 anos). Essas idades eram associadas pelos médicos e astrólogos aos planetas: a *pueritia* receberia influência de Mercúrio; a *adulescentia*, de Vênus; e a *juventus*, do Sol.

A arte medieval retrata os jovens nobres como os cavaleiros e os santos bíblicos aparecem como sendo todos jovens.

Na sociedade camponesa, essas divisões são diferentes, obedecendo a oito categorias que representavam muito mais as funções sociais do que propriamente a idade: recém-nascidos, crianças, jovens, recém-casados, pais e mães de família, viúvos e viúvas, velhos e falecidos. Os jovens estavam associados às festas e as jovens ligadas às questões de purificação ou afastamento de demônios.

Como afirmam Corti & Souza (2004), a história apresenta a criança sendo sempre menor que o jovem, que é menor que o adulto, que por sua vez é menor que o velho. Esta representação reflete numa hierarquia da vida social dos indivíduos em detrimento de seu desenvolvimento físico real.

O serviço militar é outro aspecto importante para a modernidade. Sabemos que esta atividade sempre esteve presente na vida dos jovens desde a Antiguidade, mas é apenas na modernidade que este serviço se torna um dever de todos os cidadãos jovens de sexo masculino. Para os estudantes, o serviço militar funcionava como um ritual de passagem com grande peso para a vida adulta.

O serviço militar e a escola, durante um longo período da história moderna foi primeiramente experimentado pelos homens, ou seja, as condições sociais configuravam uma percepção de juventude masculinizada, como ressaltam Corti & Souza (2004).

A moderna concepção de juventude surge com o Advento do Estado Moderno, modificando consideravelmente o papel dos jovens na sociedade. Esse segmento social ganhou novos significados e expectativas. Corti & Souza (2004), escrevem que em vários países a juventude passou a estabelecer novos campos simbólicos, tornando-se uma categoria social ocidental moderna. Traços comuns começam a ser delineados no século XIX, mas são consolidados apenas no século XX e difundidos com notoriedade na segunda metade.

Neste momento histórico, participam desta condição juvenil aqueles indivíduos que tem uma condição privilegiada na sociedade e com possibilidades de protelar a entrada na vida produtiva e dedicar-se um período maior a sua formação. Corti & Souza (2004, p.09) relatam que “No início da Idade Moderna, assim como na Idade Antiga e Média, os jovens que apareciam enquanto tal pertenciam sobretudo às classes sociais mais abastadas, nesse caso, a burguesia.”

2.3.2 A Juventude hoje

As inúmeras vertentes da ciência, tais quais: sociologia, psicologia, filosofia, antropologia, teologia, entre outras oferecem indicações científicas sobre aspectos da situação do jovem. Uma vasta quantidade de literatura sobre juventude vem sendo produzida e, as numerosas existentes, sustentam vários pontos de vistas diferentes. Embora alguns falsos conceitos sobre juventude tenham sido eliminados no decorrer da história, há muitas indagações acerca do universo juvenil ainda a serem esclarecidos.

Segundo Corti & Souza (2004, p.11), um “outro aspecto importante é que a juventude torna-se no século 20, um modelo cultural. Ser jovem passa a representar valores e estilos de vida bastante perseguidos, como a saúde, a beleza, a alegria, a coragem e a disposição para o novo.”

A fundamentação teórica existente embasa as obras de profissionais e instituições que trabalham especificamente com essa faixa etária, refletindo-se na educação, nas relações familiares e sociais e na elaboração de políticas públicas. Nesse tocante, Bourdieu (1987), afirma que não basta reunir um grupo de intelectuais para produzir a reflexão científica, mas pensa que a condição se faz fornecendo “os instrumentos de conhecimento que me pareçam indispensáveis à construção de uma representação verdadeira, portanto útil para a ação” (BOURDIEU, 1987, p.18).

Ao referir-se à juventude, um fator importante a ser considerado é sua dimensão social, ou seja, o campo ao qual está inserida. As relações humanas ao longo dos anos foram adquirindo novos sentidos. Vivemos numa sociedade demarcada pelo individualismo, que incessantemente convida-nos a consumir, imperando a lei do mais forte.

O trabalho é necessário para construir as relações objetivas que são constituintes da estrutura do espaço em questão. Bourdieu (1987) chama este espaço de campo, ou seja, são os lugares de relações de forças que implicam em tendências imanentes e probabilidades objetivas, nos reportando supostamente ao espaço social global, o que a tradição marxista chama de condição de classe.

Em outros termos,

Os agentes (indivíduos ou instituições) caracterizados pelo volume de seu capital determinam a estrutura do campo em proporção ao seu peso, que depende do peso de todos os outros agentes, isto é, de todo o espaço. Mas, contrariamente, cada agente age sob a pressão da estrutura do espaço que se impõe a ele tanto mais brutalmente quanto seu peso relativo seja mais frágil. Essa pressão estrutural não assume, necessariamente, a forma de uma imposição direta que se exerceria na interação [...] no campo econômico, uma alteração de preços decidida pelos dominantes muda o panorama de todas as empresas (Bourdieu, 1987, p.24).

Assim sendo, a forma como a sociedade está estruturada, as decisões tomadas pela classe dominante têm impacto (in) direto nos laços sociais.

Com certeza, nada é gratuito numa história que pretende formar um retrato de juventude pobre e alienada. Percorrendo o caminho que a ciência construiu acerca do tema juventude, um pequeno passo é retomar a utopia que começa pela exposição da falência da situação de outrora, mas que é um problema unilateral que influencia toda a geração atual. Forachi (1972,p.20), afirma que “a geração constitui uma modalidade particular de localização social”. Geração esta que vive no frágil processo de perda de confiança nas relações grupais. A cultura individualista herdada e sacramentada do capitalismo globaliza as ações, desarticula todo o cenário que compõe o passado, o presente e o futuro constituído.

Forachi (1972) fornece pistas para compreender o significado da importância em dar continuidade nas gerações, assegurando que é fundamental a criação e a transmissão da cultura. É um processo rico e abrangente, mas que na sua diversidade se defronta com inteligência individual, sendo privilegiada quando, com certa ambição, busca apossar-se do mundo da cultura em detrimento de seus traços essenciais, ou seja, os valores a ela incorporados.

A formação de novos agentes sociais representa, assim, sob o ponto de vista da preservação e transmissão do patrimônio cultural, uma garantia de continuidade e de renovação. Há, contudo, nesse processo, um ponto de inflexão crítico, constituído pela passagem da condição de jovem para a condição de adulto. Na sociedade moderna, como se sabe, essa transição é especialmente difícil devido à complexidade das formas de organização social, à variedade das alternativas de vida que se oferecem para o jovem, às contradições inerentes à passagem da família de orientação para a família de procriação, às incertezas quanto ao próprio destino pessoal etc (FORACHI, 1972, p.22-23).

A transmissão do patrimônio cultural ocorre no processo de rompimento com padrões estabelecidos historicamente, reconhecendo as vozes antagônicas disponibilizadas tanto internas quanto externamente.

Segundo Forachi (1972), as relações entre as gerações, o conflito ou a continuidade que elas estabelecem parte do pressuposto de “crise” de uma geração. Crise que marca social e psicologicamente a juventude.

[...] na medida em que é uma categoria social, cuja formulação qualitativa é bastante precária, que se projeta com estilo de existência, traçando uma linha de coerência entre a personalidade, o sistema institucional e o sistema global. Não se pretende nessa proposição sugerir que essas etapas integradas não sejam pontilhadas por crises que se localizam entre passagens ou mesmo dentro delas. Na verdade, elas estão radicadas numa crise; a crise da juventude e a sua seqüência consistem, exatamente, em desenvolver esta crise. (FORACHI, 1972, p.26).

A “crise” apresentada por Forachi (1972), está intrinsecamente relacionada como parte inerente do ser humano, sendo vista positivamente porque traz a possibilidade de desinstalação, buscando-se desta forma o desenvolvimento da “crise” que consiste num olhar mais compreensivo e crítico para o desconforto da realidade. Conclui-se afirmando que a juventude moderna faz um apelo para a vida em comunidade, mas, que em certos setores, tais como família, escola, igreja dentre outros, existe uma identificação com uma forma idealizada de vida, a tal modo que se torna emocional, sendo uma resposta jovem à indagação adulta sobre a vida que almejam ter. Afinal “é com os adultos que o jovem aprende a ser adulto” (FORACHI, 1972, p.28).

O fornecimento de significado à solidariedade social promove a internalização dos modos de comportamento e a assimilação dos valores que integram as relações no mundo adulto.

Quando esse processo se desenvolve de modo contínuo, os jovens não diferem, essencialmente, nas suas atitudes e comportamentos, do estilo de vida adulto, tanto nas atividades que dizem respeito à política, como nas que dizem respeito aos *mores* sexuais, utilização de drogas, expressão artística etc. (FORACHI, 1972, p.28).

Numa sociedade que se mostra moderna, no entanto marcada pela barbárie, pela desigualdade social e intolerância, Forachi (1972) afirma que a rebeldia é sintoma contra a coação externa das normas estabelecidas em detrimento à interiorização dos valores que impõem tais normas. Sendo em nome dos valores básicos, das regras essenciais à convivência humana, dos atributos referentes às relações sociais, corrompidos pela vida em sociedade, surgem os rebeldes.

Crescer e tornar-se adulto são tarefas muito difíceis e complexas em nossa sociedade. Romper com a alienação e marginalização é também romper com um sistema que investe desenfreadamente na juventude, que acaba sendo pontilhada por “crises” – adolescência e gerações – criando uma lacuna como meio de sustentar o capitalismo.

A condição humana não é mais passível de ser definida como aquela que melhor se ajusta ao sistema dominante, quando o sistema dominante aparentemente não se ajusta à condição humana. Há, assim, um enorme desperdício de potencial humano, incapaz de ser criadoramente absorvido pelo sistema social, e a juventude é parcela considerável desse potencial. [...] Mas tornar-se adulto não equivale apenas a deixar de ser adolescente. Assumir-se como adulto corresponde ao esforço de colocar-se diante das opções de vida que o sistema apresenta e enfrentá-las como tais (FORACHI, 1972, p.30).

A juventude acaba sendo o espaço que define o ingresso do jovem na sociedade. Segundo Forachi (1972), por ser o jovem o adolescente cujas crises o transformaram num ser psicologicamente amadurecido, a sua marginalização causa danos dramáticos para a sociedade. O sistema cria as condições para que

o jovem possa manifestar a sua rejeição da condição de adulto. Todavia, essa rejeição profetiza toda a indiferença por esta omissão.

Carrano (2003) vai dizer que:

A noção de juventude é resultante da experiência social de determinado tempo histórico; entretanto, a maneira mais simples de uma sociedade definir o que é um jovem é estabelecer critérios para o situar numa determinada faixa de idade, na qual se circunscreve o grupo social da juventude. [...] As idades não possuem um caráter universal. A própria noção de infância, juventude e vida adulta é resultante da história e varia segundo as formações humanas (CARRANO, 2003, p. 109-110).

Assim, percebemos que Carrano (2003), também nos dá pistas na definição de juventude. As relações se constituem entre as gerações e se diferenciam conforme o contexto, o tempo e o espaço das sociedades.

Segundo Spósito (2005), a juventude passa por mutações significativas no seu ciclo de vida e isto ocasiona alterações na forma de experienciar sua condição juvenil. A condição vivenciada na atualidade é diferente dos jovens de 50 anos atrás.

Talvez um dos maiores problemas ligados a definição desse modo emergente seja a utilização de noções que acabam por abrigar processos diversos e, ao se tornarem demasiado elásticas ou amplas, perdem o seu poder explicativo. Por outro lado, uma dificuldade consiste em considerar esse processo de forma linear, como se a realidade não comportasse práticas sociais que recobrem tempos históricos diversos (SPÓSITO, 2005, p. 92).

Para Spósito (2005), existe uma complexidade de fatores relacionadas que convivem com sociedade brasileira, ora com traços modernos ora arcaicos.

Para Martins e Augusto:

A recente retomada dos estudos sobre juventude, contudo, orienta-se menos pela visão do jovem como ator político do que pela preocupação de situá-lo diante das diferentes dimensões da vida em sociedade, como trabalho, a religião, a família, os valores, o lazer, tendo como referência às transformações do mundo globalizado e suas conseqüências para os indivíduos. (MARTINS & AUGUSTO, 2005).

A contribuição de Martins e Augusto (2005) colabora nas respostas a algumas indagações sobre o que é ser jovem, tentando compreender como vive, o que pensam e como reagem às diversas situações que os atingem.

Percebe-se que há definições distintas e substanciosas acerca dos conceitos de adolescência e juventude, ora diferenciando, ora complementando-se. A proposta é mostrar que alguns autores que abordam esta temática priorizam um contexto que humaniza, desvelando possibilidades de compreensão dos valores e das dissonâncias impressas nos corpos juvenis. Enfim, ajudam a reconstruir o rosto juvenil e o que é ser jovem na pós-modernidade.

2.3.3 Juventude na pós-modernidade

Fator meritório a ser considerado é a dimensão social:

Atualmente, vivendo em plena modernidade (que alguns preferem chamar de pós-modernidade), percebemos que as características mais marcantes da concepção de juventude vigente são a fluidez e complexidade. Esta concepção está em constante transformação e disputa nas sociedades ocidentais. Não se trata por isso de algo acabado, mas sim de um processo dinâmico de construção de significados ainda em curso, que envolve as representações que a sociedade possui sobre os jovens, mas também a percepção dos próprios jovens sobre sua condição (CORTI & SOUZA, 2004, p. 11).

As relações sociais ao longo dos anos, conforme Corti & Souza (2004), foram adquirindo novos sentidos. Vivemos numa sociedade pós-moderna, demarcada pelo individualismo, convidando-nos incessantemente a consumir, imperando a lei do mais forte sob a égide do capitalismo.

Na pós-modernidade os pais distanciam-se do seio familiar para dedicarem-se ao trabalho e entregam os seus filhos ao saber do outro. Se por um lado os filhos sentem a ausência dos pais, por outro, a família não poderia deixar de prover, devendo dar aos filhos a garantia de suprir suas faculdades primordiais. Nesse contexto, surge a terceirização dos saberes: grupos, escolas, cursos, psicólogos, terapias etc. Perante esta sociedade pós-moderna é relevante estarmos atentos às manifestações juvenis contemporâneas.

Para Santos (2003), o pensamento pós-moderno surge como reação aos princípios iluministas da modernidade, à totalidade da razão e ao sentido único da história. Assim sendo, afirma que:

O paradigma cultural da modernidade constituiu-se antes de o modo de produção capitalista se ter tornado dominante e extinguir-se-á antes de este último deixar de ser dominante. A sua extinção é complexa porque é em parte um processo de superação e em parte um processo de obsolescência. É superação na medida em que a modernidade cumpriu algumas das suas promessas e, de resto, cumpriu-as em excesso. É obsolescência na medida em que a modernidade está irremediavelmente incapacitada de cumprir outras das suas promessas. Tanto o excesso no cumprimento de algumas das promessas como o déficit no cumprimento de outras são responsáveis pela situação presente, que se apresenta superficialmente como de vazio ou de crise, mas que é, a nível mais profundo, uma situação de transição. Como todas as transições são simultaneamente semicegas e semi-invisíveis, não é possível nomear adequadamente a presente situação. Por esta razão lhe tem sido dado o nome inadequado de pós-modernidade. Mas, a falta de melhor, é um nome autêntico na sua inadequação” (SANTOS, 2003, p.76-77).

Tem-se a impressão de que a pós-modernidade opta pelo presente, vivendo de costas para o passado e para as utopias da modernidade, fechando os olhos diante de um futuro que não lhe preocupa. O aqui e agora é a única dimensão temporal de relevância. Desta forma, se livra dos erros do passado e se desembaraça da responsabilidade do futuro. A figura do jovem vai se atenuando no grupo, na estrutura ou no sistema. O jovem não vê motivos para se comprometer com o seu tempo. O que importa é consumir o presente de forma satisfatória. Os grandes movimentos modernos, os sonhos de sociedades mais justas, a confiança na ciência e no pensamento, o universal frente ao particular, os valores de igualdade, liberdade e fraternidade desmoronam diante do surgimento de um indivíduo solitário e de uma cultura consumista na qual a comunicação se reduz a mídia.

Para Bauman:

[...] os mal-estares da modernidade provinham de uma espécie de segurança que tolerava uma liberdade pequena demais na busca da felicidade individual. Os mal-estares da pós-modernidade provêm de uma espécie de liberdade de procura do prazer que tolera uma segurança individual pequena demais (BAUMAN, 1998, p.10).

Os enfoques pós-modernos resistem a aceitar qualquer norma ou convenção social por mais democrática que esta seja. O único critério que orienta a ação dos jovens é o da satisfação pessoal, portanto, é tão válido que os jovens se divirtam brincando ou brigando.

Percebe-se que nas sociedades indígenas, como nas cidades da Roma Antiga a transição de uma idade a outra são sempre definidos e “aceito” por todos. O mesmo não ocorre nas sociedades pós-modernas, altamente diferenciadas e complexas. Existem alguns rituais modernos, mas com notáveis variantes dependendo da condição social do indivíduo. Pode-se citar como exemplo os trotes universitários, as festas de debutantes ou aniversário de 15 anos e a despedida de solteiro realizada tanto por homens quanto por mulheres.

A pós-modernidade manifesta de forma oculta a necessidade de se ampliar espaços democráticos para todos. O acesso à cultura, a educação e ao lazer são restritos, por isso há notoriedade no aperfeiçoamento e elaboração de novas políticas públicas que atendam coerentemente as juventudes.

2.4 Juventude ou Juventudes?

Utilizo o termo juventudes no plural, apropriando das palavras do autor Carmo (2001) para expressar que o termo juventude no singular é vago, por outro lado se subdividimos a juventude em diversos segmentos, corre-se o risco de cair numa pulverização infinita de grupos. Assim como toda a sociedade, estão marcados por diferenças de classes, já não existe uma juventude, mas sim várias juventudes: o jovem operário, o jovem trabalhador rural, o jovem da periferia etc.

Para Corti e Souza (2004), a juventude pode ser considerada uma categoria social agrupa sujeitos que compartilham da mesma fase da vida, por isso a necessidade de estar atentos à multiplicidade de experiências que se produziu acerca do universo juvenil. As autoras destacam que:

A classe social do indivíduo, sua condição étnica e de gênero, sua presença ou não no mercado de trabalho e na escola, seu local de moradia – urbano ou rural – sua situação familiar e sua orientação religiosa são fatores, entre outros, que vão diferenciando

internamente este grupo que chamamos juventude. E à medida que nos aproximamos ainda mais da realidade social, vamos percebendo que estas clivagens tendem a aumentar, inclusive no interior dos grupos étnicos, das classes sociais e assim por diante. [...] Por isso, ao falarmos das experiências de vida juvenis propriamente ditas, é preciso reconhecer uma multiplicidade – o que nos leva a falar de juventudes, no plural (CORTI & SOUZA, 2004, p. 11).

Pensar numa concepção de juventude, inserida numa perspectiva de pós-modernidade, ficar-se-ia reduzidos aos critérios estabelecidos pela moda e interesses da indústria cultural. É preciso voltar para os diferentes grupos, a complexidade do mundo social e as necessidades mais íntimas do sujeito para desenvolver as dimensões da personalidade, habilidades comunicativas, protagonismo, participação social, desenvolvimento pessoal, aspectos críticos, a auto-estima e as relações interpessoais.

2.5 Superar a desigualdade no contexto juvenil

Não podemos omitir a capacidade do jovem para transformação em suas várias dimensões como na criação de novos conhecimentos, nem subestimar sua capacidade de “resistir” as tentativas de homogeneização cultural e colonização do sistema. É necessária e urgente uma nova concepção acerca deste universo, concebendo aos jovens o empoderamento para novas produções culturais e não simplesmente como consumidores passivos.

Neste contexto, recupera-se a confiança na Juventude como possível caminho para superar toda essa situação de desigualdade e injustiça. Não podemos deixar-nos confundir com os ataques neoliberais revestidos hoje de uma aparente linguagem crítica, que tem como objetivo atrapalhar o desenvolvimento, o protagonismo e as práticas de emancipação juvenil.

Em suma, afirma-se que a juventude é uma construção social e não um processo natural. As sociedades não são iguais e exercem papéis que variam entre elas e dentro delas. Sendo uma categoria social ela muda conforme o contexto e a realidade da sociedade, não deixando espaço que se caracterize um conceito universal e homogêneo.

CAPÍTULO III

A FAMÍLIA

3.1 Família: sua origem

Na história da humanidade as pessoas sempre procuraram viver em grupos, clãs, tribos, enfim, são várias as denominações para descrever aglomerados de gente. Pessoas que se reúnem intencionalmente ou não com objetivos distintos no intuito de satisfazer suas necessidades.

Reconhece-se que o ser humano é essencialmente um ser de relações. Assim sendo, a existência humana é estar com os outros humanos. Estando com os outros humanos, as relações acontecem e com as relações aparecem as hierarquias e o poder.

Com o grupo denominado família não foi diferente. Para Coutinho (2000, p.91) “Já é lugar-comum dizer-se que a família é uma das instituições sociais mais antigas”.

O termo *família* deriva do latim *famulus*, que significa o conjunto de servos e dependentes de um chefe ou senhor. A instituição família ao longo da história incorpora uma diversidade de formas, e em sociedades distintas. É possível perceber que até mesmo numa mesma sociedade, diferentes modelos e jeitos de viver se sobrepõem a determinados contextos históricos.

Desde seu surgimento até os dias atuais percebe-se que a linhagem e o peso cultural na instituição do grupo familiar passam por uma hierarquia de dominação e controle.

Maturana (2004), diz em linhas gerais que:

[...] uma linhagem, seja biológica ou cultural, se estabelece por meio da conservação transgeracional numa maneira de viver, à medida que esta é praticada de fato pelos jovens da comunidade. Assim, qualquer variação ocasional da forma de vida corrente de uma comunidade específica, que começa a ser conservada geração após geração, constitui uma mudança que dá origem a uma nova linhagem (MATURANA, 2004, p. 51).

Entre os povos paleolíticos que viviam na Europa há mais de vinte mil anos, fundamentalmente matrístico¹² houve alguns que se tornaram sedentários, coletores e agricultores. Outros grupos se movimentaram para o Leste até a Ásia, conforme as migrações anuais de manadas de animais silvestres. Tais comunidades humanas seguiam os animais em suas migrações e não eram pastoras, pois não tinham a posse desses animais, conforme expressa Maturana (2004). Na vida silvestre natural não havia restrições. Os lobos se alimentavam de sua própria carne e a sua mobilidade não era restringida. Na ausência das restrições, os direitos dos lobos eram inquestionáveis.

Para Maturana (2004), nossos ancestrais matrísticos, não eram pastoras, pois não restringiam o acesso de outros animais ao grupo das quais eles próprios se alimentavam. A apropriação não fazia parte deste processo. O modo de criar estes animais distingue-se completamente do pastoreio. A apropriação estava ligada intrinsecamente ao cuidado e atenção nas cercanias do lar.

A cultura do pastoreio surge quando os membros de uma comunidade humana, ao seguir as manadas de animais migratórios restringem o acesso a esses animais por outros comensais naturais, como os lobos. O pastoreio surge quando o modo de vida das pessoas muda o emocional. Mudando o emocional, segundo Maturana (2004), ocorre uma mudança cultural. A mudança cultural perpassa toda uma rede de conversação, entrelaçando linguajar e emocional, ocasionando assim em novas maneiras de viver em grupos.

O modo de vida pastoril vivido por nossos ancestrais indo-europeus pré-patriarcais foi o primeiro passo inconsciente para a apropriação. A negação do acesso aos lobos a seu alimento natural que eram os animais da mesma manada é uma forma de limite. Para nossos ancestrais tirar a vida de um animal não era novidade, era algo natural para a sua sobrevivência. Contudo, matar um animal e

¹² “O termo *matrístico* é [...] usado com o propósito de conotar uma situação cultural na qual a mulher tem uma presença mística, que implica a coerência sistêmica acolhedora e libertadora do maternal fora do autoritário e do hierárquico. A palavra *matrístico*, portanto, é o contrário de *matriarcal*, que significa o mesmo que o termo *patriarcal*, numa cultura na qual as mulheres têm o papel dominante. [...] a expressão *matrística* é aqui usada intencionalmente, para designar uma cultura na qual homens e mulheres podem participar de um modo de vida centrado na cooperação não-hierárquica. Tal ocorre precisamente porque a figura feminina representa a consciência não-hierárquica do mundo natural a que nós, seres humanos, pertencemos, numa relação de participação e confiança, e não de controle e autoridade, e na qual a vida cotidiana é vivida com coerência não-hierárquica com todos os seres vivos, mesmo na relação predador-presa.” (MATURANA, 2004, p. 25)

restringir o acesso de outro animal a seu alimento natural configura-se aí num modo sistemático que surge sob a égide de emoções diferenciadas.

No primeiro caso, caçar é um ato sagrado, pois existe uma coerência do viver no qual uma vida é tirada para que a outra possa continuar. No segundo caso, a extinção da vida do animal que mata é suprimida para a conservação de uma posse. Segundo Maturana:

[...] a vida pastoril de nossos ancestrais surgiu quando uma família que vivia seguindo os movimentos livres de alguma manada silvestre adotou o hábito de impedir a outros animais – que eram comensais naturais – seu livre acesso à dita manada. Em tal processo, esse hábito se transformou numa característica conservada de modo transgeracional, como forma de vida cotidiana dessa família (MATURANA, 2004, p.55).

A adoção desse hábito de conservação de posses no âmbito familiar levou a incluir também outras emoções, como inimizades e valorização da procriação. É neste contexto que surge o controle da sexualidade das mulheres pelo patriarca, a valorização das hierarquias e a obediência no modo pastoril de vida.

No entanto, Maturana (2004), busca reconstruir a história, considerando as muitas transformações voltando a “proposição de como a cultura patriarcal indo-européia pode ter se originado, e de como nossa cultura patriarcal européia moderna pode ter dela derivado” (p. 57).

Os membros de uma pequena comunidade humana podem ter sido uma família. Família é “um grupo de adultos e crianças que funciona como uma unidade de convivência que vivia seguindo alguma manada de animais migratórios [...]” (MATURANA, 2004, p. 57).

Segundo este mesmo autor o patriarcado não é uma característica do ser humano, mas sim uma cultura visível para ambos os sexos. Mulheres e homens podem ser patriarcais, assim como ambos podem ser, e algum dia na história foram matrísticos.

Essa transformação cultural em que o pastor se apropria da vida sexual da mulher acarretou também a posse dos filhos. A família pastoril se transformou na família patriarcal e o homem pastor se torna o patriarca. Da família nômade que vivia atrás de manadas migratórias de animais silvestres, passa a ser a família

pastora. Este processo teve como conseqüência vital a explosão demográfica, animal e humana.

As mudanças fundamentais que foram acontecendo, na transformação que originou a família patriarcal pastoril, devem ter ocorrido como um processo imperceptível para a própria família em transformação. [...] A mudança no emocional dentro da família [...] que foi ocorrendo na estrutura patriarcal pastoril emergente, não foi visível no seio da família em transformação; nela, os homens, mulheres e crianças se tornaram patriarcais sem conflitos. Nesse processo a vida das crianças mudou da infância a vida adulta, num movimento em que o emocional da vida adulta surgiu como uma transformação do emocional da infância, não como uma negação do infantil e do feminino pelo homem. Desse modo, tal modificação possivelmente foi vivida com inocência na família patriarcal (MATURANA, 2006. p. 62).

Para finalizar, Maturana (2004), afirma que na cultura pastoril patriarcal o pastor fez uma experiência mística, na solidão da montanha, vivenciando as transformações que o conduziram a um espaço intocável de relações de poder, temor e obediência. E, na cultura matrística não patriarcal da Europa antiga a experiência mística é permeada por sentimentos de pertença e de pleno prazer, configurando-se numa rede de existência cíclica que contemplava tudo que estava vivo e não-vivo no transcorrer do nascimento até a morte.

Para os antigos romanos, a esposa, os filhos, os servos e os escravos eram propriedades de um patriarca. Esse modelo de família extensa, centrada exclusivamente na figura paterna, ganha destaque na sociedade brasileira durante todo o período colonial.

Nas palavras de Coutinho:

Essas primeiras famílias formavam grupos autônomos de produção, administração, justiça, autodefesa, centrados na autoridade máxima do *pater familias*, que detinha o poder não só sobre os escravos, empregados e agregados, mas também sobre os filhos e a esposa. [...] quem decidia tudo era o pai, visando os interesses do grupo e da propriedade (COUTINHO, 2000, p. 91).

As relações na família patriarcal do período colonial são baseadas em interesses econômicos. Não existe preocupação afetiva e com o conforto familiar.

Predominava os valores como a honra, a tradição e a obediência para serem transmitidos de uma geração a outra geração. Neste modelo de família patriarcal impera o respeito e a obediência aos mais velhos.

Em contraponto, neste contexto a figura da mulher-mãe, segundo Freire *apud* Coutinho (2000), ocupa dentro de casa o símbolo da honra familiar e a posição central. A mãe no Brasil se torna referência sentimental e mística, identificada com pessoas e instituições santificadas, como a Virgem Maria, a Igreja, a madrinha, imagens ligada à devoção e ao sacrifício. Esta concepção foi passada para o imaginário social brasileiro sendo que até os dias atuais está muito viva e incutida numa visão tradicionalista e racista.

Com os costumes europeus introduzidos no Brasil na segunda metade do século XIX o modelo de família patriarcal sofreu várias alterações. Os avanços tecnológicos europeus, inclusive a luz elétrica provocou mudanças no estilo de vida nos centros urbanos.

Nas últimas décadas do século XIX, o projeto republicano inspirado no positivismo de Augusto Comte projetou modificações no conservadorismo da organização da família nuclear burguesa, também conhecida como *nova família*. Segundo Neder (2004), “[...] adotava-se também novas práticas de sociabilidade, inspiradas nos modismos da *belle-époque* francesa e do conservadorismo moralista vigente no reinado da Rainha Vitória, que durou quase toda a segunda metade do século XIX na Inglaterra” (p. 31).

Fica claro que o projeto republicano estava voltado para a modernização da família branca, de origem européia. Uma vez inserido no mercado mundial e envolvido com a urbanização, o Brasil impunha novos padrões de comportamento. A Educação ganha destaque com o ideal de *ordem e progresso* com manobras políticas para garantir a exclusão.

Por outro lado, um outro estilo de vida subumano surge e ganha notoriedade para também modelar a família no Brasil. Na família africana escravizada,

[...] eram vigentes as concepções racistas mais arcaicas de não reconhecimento de sua condição humana, relacionadas às justificativas da própria escravidão negra no pensamento católico ibérico. Ou seja, a escravidão justificava-se pela “inumanidade” dos africanos. Estes estariam numa condição pré-humana, seriam

“coisa”, e a escravidão era vista como uma missão de salvação (NEDER, 2004, p. 30)

É necessário observar que os processos decorrem em função de motivos político-institucionais, não sendo uma questão cultural. As classes populares:

Foram (ainda são) vítimas também de toda a sorte de fantasmagorias relacionadas ao “medo branco”, diante das massas de ex-escravos recém libertos. [...] ao lado das formulações mais gerais acerca da Educação, uma outra questão pairava sobre as consciências: como garantir a continuidade da exclusão dos homens pobres e livres [...] do acesso à propriedade da terra? Neste ponto, o positivismo dá as mãos ao racismo biológico, em voga na Europa na segunda metade do século passado, e cobre com véu o cientificismo, da modernidade e do progresso a continuidade do racismo. A massa de ex-escravos foi vedada à propriedade da terra, pois se argumentava sobre a impossibilidade de se fazer reforma agrária sem que a “massa” estivesse preparada [...] pois sem a tutela do senhor o ex-escravo não teria condições humanas, tais como inteligência, aptidão etc [...] para cultivar sozinho a terra, a despeito pelo seu trabalho que toda a lavoura fora estruturada (NEDER, 2004, p. 32).

A escravidão no Brasil, por qualquer que seja o viés interpretativo não descarta a reflexão sobre o autoritarismo e a violência que esta provocou. A escravidão foi a responsável pela separação entre casais, pais e filhos, entre amigos, provocando perda de vínculos e marcas irreversíveis no seio das famílias oriundas do continente africano.

Os processos histórico-sociais de organização familiar entre os negros marca a perda das tradições e das raízes, com um conjunto imenso de fatores desfavoráveis. Todavia os escolhidos eram os jovens do sexo masculino, sem problemas de saúde ou algum tipo de deficiência física.

Segundo Ariès *apud* Mello (1981), do século XV ao XVIII desenvolveu-se na Europa uma nova forma de relacionamento familiar, originando o chamado “sentimento familiar”. Fenômeno este ligado ao universo da aristocracia e da burguesia. É um conjunto de representações e práticas sociais que concebem o casamento não mais como a manutenção de uma linhagem, mas destina-se a socialização amorosa das crianças, priorizando a intimidade e a privacidade do casal e de seus filhos em detrimento dos vínculos de amizade e de vizinhança.

A organização social passou por várias mudanças. Um número crescente de trabalhadores assalariados nas plantações de café e na cidade, o aumento da

imigração européia, e a quantidade de profissionais liberais e de burocratas alterou significativamente o ritmo e o estilo de vida. Com todo este processo surge a chamada classe média. Coutinho (2000) salienta que:

Todas essas mudanças, que fortaleceram o poder do Estado, acarretaram o declínio da antiga família patriarcal. Passou a desenvolver no Brasil a família conjugal moderna, fundada no casamento, por amor, com a livre escolha do cônjuge, já em vigor na Europa, e que ocorreu simultaneamente a uma reformulação dos papéis de homens e mulheres no casamento, estimulando novos modelos de comportamento masculino e feminino. As normas difundidas pelo discurso médico-higienista, já consagrados na Europa, começaram a redefinir os papéis na dinâmica familiar [...] (COUTINHO, 2000, p. 93).

Ainda sob o poder do homem, a mulher torna-se a referência pelo bom andamento das atividades domésticas, pelos cuidados e educação com os filhos e o bem-estar da família. A legislação e o controle social garantiram neste momento a estabilidade da família tradicional burguesa.

Segundo Coutinho (2000), a família nuclear burguesa que chegou ao Brasil foi remodelada e adaptada à realidade brasileira, resultando na família conjugal moderna brasileira.

Na família antiga percebe-se que a tradição ou hábitos pré-estabelecidos desenharam um modelo de vida padronizado e relativamente fixo. Ao contrário, a pós-modernidade vem trazer para as famílias uma complexa variedade de modelos e comportamentos.

3.2 Família: a teoria

Percorrido toda a trajetória histórica, parte-se da definição de família desenhada por alguns autores, na qual existe a possibilidade de situar na pós-modernidade o seu papel. Não opta-se por nenhuma definição, apenas pensa-se em expor, adotar uma ou outra definição implica fechar um conceito ao redor de uma instituição tão dinâmica quanto à família.

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), conforme disposto na Lei Federal nº 10.954, de 29 de setembro de 2004, no Artigo 1º, Parágrafo 1º, Inciso I, define família como:

A unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade, que conforme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros (BRASIL, 2004, p. 48).

Seguindo os preceitos legais percebe-se que um grupo de pessoas que vivem sob um mesmo teto, tendo ou não laços de parentesco se configura como família.

Bourdieu (1987), entende família como produto de um trabalho ritual e técnico da instituição que tem o propósito de instituir, de forma duradoura em cada um de seus membros, sentimentos capazes de possibilitar a integração ou a unidade. Para tanto existem os ritos da instituição (como o casamento, a imposição do nome, etc.) que, independente das variações dos sentimentos individuais, tem o propósito de reafirmar, criar e reproduzir constantemente “as afeições obrigatórias e as obrigações afetivas do sentimento familiar (amor conjugal, amor paterno e materno, amor filial, amor fraterno etc.)” (BOURDIEU, 1987, p.38).

Segundo Bourdieu (1987), a família como categoria naturalizada tem o dever de sentir e agir dentro da norma para se obter vantagem simbólica¹³ para a normalidade nos parâmetros de adequações. Na condição de norma universal legítima e naturalizada oculta que as condições sociais não são distribuídas uniformemente, e que na constituição dos grupos familiares há uma diversidade de privilégios econômicos, culturais e simbólicos que se constituem nos espaços específicos de reprodução.

Para o autor, a família é o sujeito principal das estratégias de reprodução pela qual “a família tem um papel determinante na manutenção da ordem social, na reprodução, não apenas biológica, mas social, isto é, na reprodução da estrutura do espaço social e das relações sociais” (BOURDIEU, 1987, p. 38).

Como sujeito coletivo, e não como simples agregado de indivíduos, a família tem o poder de acumulação e transmissão dos diferentes tipos de

¹³ Para Bourdieu os campos simbólicos são entendidos como espaços de produção e de circulação de bens culturais e simbólicos. As relações são permeadas de poder que se expressam nos conflitos, lutas, consensos e segue a uma determinada hierarquia. Para isto utilizam diferentes estratégias para apropriação ou domínio desses bens como formas de autoridade, legitimidade e prestígio.

capital¹⁴. O fator integração e reprodução são relevantes para compreender a dinâmica familiar. Os espaços sociais que, se considerados como campos permeados por relações de força física, econômica e especialmente simbólica, são também espaços de transformações sociais. Nessa perspectiva afirma Bourdieu, “[...] nem todas as famílias e, no interior da mesma família, nem todos os membros, têm a mesma capacidade e a mesma propensão a conformar-se à definição dominante” (BOURDIEU, 1987, p. 39).

Segundo Rizzini (2001), com o fenômeno da globalização ao longo do século XX, as complexas e rápidas transformações políticas, econômicas e sociais afetaram os indivíduos com grande impacto na estrutura e organização das famílias. Para a autora, existem indicadores globais que ajudam a compreender este processo de mudança: as famílias tendem a ser menores; a mobilidade das famílias são maiores devido ao aumento das correntes migratórias; menor mobilidade para as crianças com a diminuição do espaço de autonomia em contextos urbanos; as famílias permanecem menos tempo juntas; o aumento da participação feminina na força de trabalho; as famílias estão menos estáveis socialmente devido ao grande número de mulheres que criam seus filhos sem ajuda dos parceiros; os padrões de dependência entre as gerações modificaram-se com as transformações ocorridas com a urbanização e a escolarização; unidades familiares estão mais individualizadas e nucleares; a diversidade se apresenta como característica importante das sociedades modernas conforme as diferentes raças, etnias e religiões; as mulheres tornam-se chefes de família; e, as relações de gênero vêm mudando consideravelmente.

Peres (2001), “considera a família a partir da intimidade entre seus membros, sem esquecer as variáveis externas a ela” (p. 73). Segundo o autor a compreensão do desenvolvimento dos elos entre os membros de uma família depende das formas e composição estruturais.

Mello (2005), compreende que o papel socializador da família, varia de acordo com a estrutura, exercício de autoridade, funções, extensão de parentesco integrado e autonomia em relação ao meio social. Define família como a “instância fundamental na mediação entre indivíduo e sociedade, integrando o

¹⁴ Segundo Bourdieu os vários tipos de capital são: *econômico* – fatores de produção e bens econômicos; *cultural* – qualificações intelectuais; *social* – conjunto de relações sociais; e, *simbólico* – conjunto de rituais ligados à honra e ao reconhecimento.

leque das instituições comprometidas com a reprodução da ordem social” (MELLO, 2005, p. 25).

A complexidade do conceito de família, as diferentes concepções que integram o imaginário social sobre ela, verificam-se como uma instituição de mediação entre o indivíduo e a sociedade. Para Monteiro e Cardoso esta referida instituição é:

Produtora e reprodutora de cultura e ideologias, a família influencia a sociedade e é influenciada por ela, nos diferentes momentos de sua história. [...] Por sua vez, a família é, em certa medida, determinada na sua forma de organização, de educação/criação dos filhos, bem como na relação entre seus membros, pelas necessidades de formação de tipos humanos exigidos pelo mercado de trabalho e pelo mercado consumidor. Assim é que, tanto no Brasil quanto na Europa, a família assumiu, no curso da história, papéis diferenciados (MONTEIRO & CARDOSO, 2001, p. 96-97).

Por tudo isto, Monteiro & Cardoso pensam a família numa perspectiva de relações de poder, de valores éticos e de padrões morais dominantes, uma vez que criar e educar os filhos estão essencialmente vinculados aos aspectos da cultura familiar.

Segundo Monteiro & Cardoso:

A família, na atualidade, permanece com a atribuição de cuidar de sua prole e educá-la, porém, tem se manifestado sem referenciais para dar conta dessa tarefa em virtude de fatores como: a complexificação da vida moderna, as intervenções do dito saber científico produzido sobre educação de crianças, que vem atestando a sua incompetência, o esvaziamento e a superficialidade das relações e vínculos, inclusive os parentais, que a sociedade em que está inserida constituiu (MONTEIRO & CARDOSO, 2001, p. 96-97).

Para os autores Cupolillo, Costa & Paula (2001), existe uma crise ético-paradigmática que envolve a sociedade contemporânea, baseada no capitalismo e determinada pela cultura do individualismo. É possível verificar:

O abandono da tradição, dos valores simbólicos da comunidade e o triunfo dos interesses imediatos e reais e cujos efeitos acabam por determinar o enfraquecimento das normas de convívio da

coletividade e das instituições que a compõem: família, escola, Igreja, justiça (p. 196).

A teoria vem confirmar que os sujeitos de nossa pesquisa estão diretamente influenciados pelo complexo modo de vida que está posto. Em algum momento de suas vidas o esgotamento e a superficialidade das relações romperam com a convivência entre seus pais e mães. As mudanças nas formas de (re) organização e na tarefa de socialização da família ressignificam o conjunto dos vínculos afetivos, e conseqüentemente a construção dos sujeitos ora em voga.

3.3 A Família e o Estado

No decorrer da história, há registros de intervenção do Estado na família, especialmente na pobre, quando é julgada sem condições de criar e educar os filhos. Sem a devida estrutura e organização os filhos destas podem estar colocando em risco a sociedade.

Construiu-se a idéia, de certa forma prevalecente até hoje, de que a pobreza, significando a falta de recursos materiais, era motivo suficiente para intervenção na família, chegando até a medida judicial de destituição do pátrio poder. Esse mesmo Estado, no entanto, pouco privilegiou a família nas suas políticas sociais. [...] A família como grupo, viu-se sozinha no processo de educação dos filhos e foi culpabilizada individualmente pelo fracasso desse empreendimento (MONTEIRO & CARDOSO, 2001, p. 105).

Segundo Carvalho (1995) *apud* Monteiro & Cardoso (2001), afirmam que o modelo de atendimento adotado pelo Estado é assistencialista e fragmentam a família em seus direitos e necessidades básicas como saúde, educação e habitação. Para Monteiro & Cardoso, as famílias ganharam identidade na carência de bens e serviços. Nestes termos, o tema família entra na agenda das políticas públicas para ser atendida em suas carências.

A partir da Constituição Federal de 1988, Lei específica foi criada para a infância e adolescência, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, e, em seu artigo 4, diz:

É dever (grifo nosso) da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990, p.8).

Tendo em vista que a criança e o adolescente são seres em formação e sujeito de direitos, a legislação vigente vem reafirmar que a responsabilidade primeira é da família. Para reforçar este pensamento, o artigo 19 vai dizer que:

Toda criança ou adolescente tem direito de ser criado e educado no seio de sua família (grifo nosso) e, excepcionalmente, em família substituta, assegurando a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes (BRASIL, 1990, p.12)

Para Monteiro & Cardoso (2001), fica “evidente que o mesmo Estado que contribuiu para a construção do discurso de família desestruturada, incompetente, carente” (p. 107) ofereceu muito pouco em suas ações às famílias.

Percebe-se certa ausência da família como autoridade na educação dos filhos. O efeito deste esvaziamento é a estigmatização da família, principalmente a família pobre. Neste contexto o Estado afirma a sua “incompetência [...] e contribui para a construção de um discurso capaz de *legitimar* a invasão do Estado no âmbito privado da família.” (MONTEIRO & CARDOSO, 2001, p. 107)

Para endossar as palavras de Monteiro e Cardoso, a autora Takashima diz que no confronto com o Estado a família:

[...] por vício das políticas sociais e setoriais, sempre foi objeto de intervenção de uma maneira eclipsada e até banalizada, salvo raras exceções. A tendência destas grandes políticas sempre conduziu à compreensão da mesma isolada de seu contexto e dos valores sócio-culturais, com predominância generalizante (TAKASHIMA, 2004, p. 77).

Os discursos institucionais e ações de profissionais ou técnicos, muitas vezes inconscientes, segundo Takashima (2004), fragilizam a crítica e a criatividade, contribuindo na compartimentalização da realidade familiar. Como

conseqüência, os resultados são patentes acerca de um universo complexo, configurando-se num doloroso perfil dos grupos familiares por meio das trágicas estatísticas.

A nosso ver a questão da pobreza deve ser analisada do ponto de vista estrutural, ligados ao modelo de desenvolvimento que incentiva a concentração de riqueza. Riqueza esta determinada pelas políticas de ajuste internacional com conseqüências significativas na área social. De outro lado, agravando ainda mais, o enfrentamento a pobreza é marcado pelo assistencialismo e o clientelismo.

Vale ressaltar que os aspectos econômicos e financeiros norteiam as políticas destinadas as famílias de baixa renda. Na realidade:

Quando esta deixa de cumprir suas funções básicas junto a seus membros, acaba gerando custos sociais e financeiros adicionais, na medida em que as iniciativas públicas e privadas compensatórias, que nem sempre são eficazes, tornam-se necessárias para cobrir demandas ali originada (FERRARI & KALOUSTIAN, 2004, p. 13).

Neste sentido, são criados os programas de transferência de renda com o objetivo de atuar como um adicional que reforça o orçamento doméstico, operando como uma medida paliativa na melhoria da qualidade de vida das famílias conhecidas como “baixa renda”.

Legalmente o Estado dá as diretrizes para o seguimento família. O que se percebe é a história construída a partir do interesse das camadas sociais mais privilegiadas. Antes a família escrava. Agora, a família pobre ocupa posições desviantes, e este mesmo Estado atuando com medidas paliativas, e “invadindo” o espaço da instituição família para ausentar-se de culpa e responsabilidade social.

Mais do que criar programas e legislações específicas, deve-se pensar na atual posição da família na agenda das políticas públicas, enfatizando as ações a seu favor e fortalecendo os mecanismos já existentes como o ECA, LOAS, Conselhos entre outros.

3.4 Família: Para onde vai?

A família na atualidade passa por um processo de mudança, mas não está desaparecendo. Segundo Mello (2005) existe uma grande variação histórica que evidencia as dificuldades de construir conceitos gerais acerca de família e casamento. Afirma também que:

A constituição da família conjugal moderna passa a ser marcada por duas características fundamentais: a afirmação da individualidade dos sujeitos na escolha de seus cônjuges, a partir dos ideais românticos; e a maior independência dos novos casais em relação a suas famílias de origem (MELLO, 2005, p. 26).

A configuração desta nova família é o espaço obrigatório dos afetos, dos sentimentos e do amor. Portanto, a união entre duas pessoas não significa mais a junção de dois grupos sociais ou linhagem, mas a formação de uma aliança.

A Lei nº 6.515/77, que regulamentou a Emenda Constitucional nº 9/77 dispendo sobre a dissolução da sociedade conjugal e do casamento, significou segundo Mello:

Uma ruptura profunda no âmbito das representações e práticas sociais relativas à família, colocando por terra um dos pilares do ideário familista moderno – a indissolubilidade do casamento – e contribuindo para legitimar o agrupamento familiar constituído apenas por um dos pais e seus filhos. [...] por outro lado, como um marco que traduz uma nova representação social acerca da família instituída com base no amor romântico: só faz sentido permanecer casado se o amor, a compreensão e a cumplicidade entre os cônjuges ainda existirem (MELLO, 2005, p. 37).

Percebe-se também que as reflexões acerca da família incorporam situações sociais nas relações estáveis entre gays ou lésbicas. Mello (2005) afirma que a formação de famílias homossexuais muitas vezes é referenciada nos valores dispostos pela pós-modernidade. Seguem-se os parâmetros da heterossexualidade, mas não podem contar com o apoio de familiares, vizinhos, colegas de trabalho para manter estabilidade nas relações.

Os moldes tradicionais modernos de concepção de família colocam os homossexuais como experimentadores em termos de inovações nas relações amorosas. A afirmação quanto à formação de famílias homossexuais,

estaria a influenciar, assim, o processo geral de transformação das representações e práticas sociais relativas à sexualidade, ao amor, ao casamento e à família, o que tem colaborado não só para uma maior aceitação da conjugalidade homossexual, mas também para a construção de uma sociedade em que as diversas formas de expressão do amor e do desejo sexual, entre pessoas que se escolhem livre e reciprocamente como parceiros conjugais, sejam respeitadas e valorizadas (MELLO, 2005, p. 50).

A temática discutida por Mello (2005), é complexa, assim como tantos outros temas polêmicos: adoção, família monoparental, regularização do casamento entre homossexuais e outros. Nesta mesma linha de pensamento Faria afirma que “não é tão comum o fato de se perceber a existência de famílias homoparentais (casais de gays e lésbicas)” (2007, p. 14) e segundo pesquisas realizadas pela psicanalista francesa Elizabeth Roudinesco *apud* Faria (2007), o fato de filhos adotados, provenientes de famílias recompostas se comportam tão bem quanto aqueles criados nas famílias ditas heterossexuais.

Como já vimos anteriormente, o conceito de família pode ter consonâncias diferentes. Encontramos autores que vão defender o modelo de família nuclear, que envolve pai, mãe e filhos; outros entendem família como uma rede ampliada, incluindo parentes, vizinhos, amigos e a comunidade, ou até mesmo pessoas do mesmo sexo. Além disso, a família pode envolver um conjunto de expressões de cuidado, mas também pode ser o espaço conturbado de violências.

Assim como não há uma família definida em termos absolutos, mas tipos históricos específicos de associações familiares, influenciadas por variáveis ambientais, sociais, econômicas, culturais, políticas e religiosas, as formas de casamento, além de variarem de uma sociedade pra outra, também tem sofrido profundas transformações ao longo da história (MELLO, 2005, p. 27).

Dizer para onde a família vai, pode soar como conotação negativa ou positiva. É preciso compreender a dimensão de tempo e situar de que sociedade

e de que cultura estamos falando. Segundo Faria “a família hoje é conceituada de *plural*, mas na visão dos especialistas a família do futuro deve ser mais uma vez reinventada” (2007, p. 14).

Por meio dos estudos podemos concluir que a Pós-modernidade se apresenta com características muito diferentes do que algumas décadas passadas. Segundo Mello (2005) “a família e o casamento, numa situação pós-moderna, não estão aprisionados a um modelo dominante, seja no campo das práticas, seja no dos discursos normatizadores das práticas” (p. 40).

Para a instituição família, houve grande transformação nos espaços ocupados pelas mulheres, às relações foram amplamente influenciadas pela economia e o modo de vida tipicamente urbano marca o processo de globalização das relações. Com o apoio incondicional dos meios de comunicação de massa, essa globalização determina os valores, desejos de consumo e composição das mesmas.

De acordo com Faria:

As transformações impostas pela sociedade atual, abalam os preceitos éticos e a estrutura familiar. A imagem de marido provedor e detentor de poder em casa não se sustentam mais. [...] O primeiro resultado visível dessas transformações é o declínio do patriarcalismo (perda da autoridade paterna ou do poder do pai no lar) provocado pela emancipação feminina, pela entrada da mulher no mercado de trabalho e pela engenharia genética. Este fato exige do homem o redimensionamento da sua masculinidade (FARIA, 2007, p. 14).

Para Faria (2007), na pós-modernidade a estrutura familiar apresenta-se com novos arranjos, sendo comum o pai dividir com a mãe os cuidados e afazeres domésticos. Isto nos dá autoridade para recorrer a Maturana (2004) e reafirmar que o pensamento matrístico, de certa forma permeia novamente os aglomerados de gente, chamado de família.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2002), informam que 26,7% das famílias brasileiras, em 2000, estavam sob a responsabilidade da mulher. A maioria das mulheres responsáveis por domicílios não tem companheiro. Este mesmo Instituto confirma a existência de duas outras tendências da família no Brasil: as uniões consensuais (28,3%) e a acelerada

queda na fecundidade, resultando na redução do número médio de componentes na família (média de 3,5 pessoas).

As gerações passam por experiências diversas, e muitas vezes não há tempo para aprender a se relacionar. Surge certo desconforto, principalmente entre os jovens e os mais velhos.

Assim, podemos concluir que a família não é futuro. Ela está sendo construída cotidianamente. As juventudes integram essa rede de relações, criando novas perspectivas e novos olhares para a família, uma vez que o jovem também é desafiado constantemente com outros temas, como educação, trabalho, lazer, entre outros.

CAPÍTULO IV

O JOVEM: SUJEITO SOCIAL

4.1 O Sujeito Jovem frente a Pós-modernidade

Em tempos pós-modernos o sujeito jovem transformador desaparece, se dilui em grupo, na estrutura ou no sistema. Com aparência de um discurso crítico contra as relações de poder, a dissolução do sujeito elimina qualquer possibilidade de emancipação ou mudança social. Neste sentido, o ataque ao sujeito transformador torna-os vulneráveis contra as novas desigualdades que a atual sociedade da informação está gerando.

Diante da crise atual, da violência explícita e implícita, da destruição do meio ambiente, da opressão das minorias étnicas, da diversidade etc., configuram-se diferentes respostas. Por um lado, os princípios da modernidade desautorizam o papel do sujeito em promover estratégias de mudança e, por outro, há princípios que buscam na essência da modernidade possíveis soluções para a sua crise e confiam na ação do sujeito para mudar o rumo da história.

Opta-se em crer que a segunda opção em buscar possíveis soluções justificam a escolha desta pesquisa. Não pode-se nos confundir com os discursos neoliberais revestidos hoje de uma aparente linguagem crítica, que ora só aspiram por atrapalhar o desenvolvimento de práticas emancipatórias e libertadoras.

4.2 O diálogo na construção de sujeitos: prática emancipatória

Pensa-se neste momento propor um enfoque baseado no diálogo e a relação sujeito-sujeito, considerando o contexto pós-moderno.

No diálogo não existem saberes ou opiniões necessariamente melhores do que outros, mas um enriquecimento constante a partir da busca do melhor argumento. Deste modo, descarta-se qualquer tipo de coerção ou uso de violência. São válidas apenas as formas de relações pessoais, sexuais ou sociais baseadas no consenso.

Freire (1987), afirma que o diálogo é palavra, ação e reflexão. Um vínculo forte e atraente que não pode ser rompido. O rompimento no processo palavra-ação-reflexão não gera uma práxis verdadeira. Sem ação a palavra se torna vazia e sem meios para a transformação. Somente com a reflexão caímos no ativismo, anulando também a práxis.

Ninguém dialoga sozinho. O diálogo verdadeiro se estabelece entre pessoas imbuídas no mesmo propósito: o de transformar a realidade. Portanto, o diálogo é um ato de criação.

Vive-se numa época de desconforto e desassossego. A modernidade nos fez muitas promessas que não foram cumpridas, nos diz Boaventura Santos em seu livro *Pela Mão de Alice*. Para Freire (1987), todo este desconforto se baseia na ausência de amor, humildade e fé nos homens e mulheres, impedindo a construção de relações horizontais, gerando desconfiança. “Se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os homens, não me é possível o diálogo. Não há, por outro lado, diálogo, se não há humildade. [...] Os homens que não têm humildade ou a perdem, não podem aproximar-se do povo” (FREIRE, 1987, p. 80-81).

O diálogo verdadeiro deve estar baseado no amor, na fé, na esperança, na confiança e na humildade. Neste contexto não é somente sentimento afetivo entre pais e filhos, mulher-homem, homem-homem, mulher-mulher etc, mas posicionar-se diante das situações que geram morte. O amor para Freire (1987), é postura. Amar é um ato de coragem, de compromisso com a vida. Por ser amoroso todo compromisso é dialógico.

Para Arruda *apud* Maturana (2003), o amor é “a condição de encaixe dinâmico espontâneo e recíproco” (p. 214). O amor torna-se a condição básica da aceitação espontânea na convivência com outro (s) sistema (s) vivo (s). O amor é fonte da socialização, ou seja, “a minha receptividade em relação ao outro, não apenas como outro ser, mas como ser que me complementa.” (p. 215) Desta forma o amor é fundamento do fenômeno social e não uma consequência dos fenômenos ora em voga.

A esperança também é fruto do diálogo. É a busca constante da restauração da humanidade. Por meio da luta esperançosa, espera-se a transformação. “A esperança está na própria essência da imperfeição dos homens, levando-os a uma eterna busca. [...] Não é, porém, a esperança um

cruzar de braços e esperar. Movo-me na esperança enquanto luto e, se luto com esperança, espero” (FREIRE, 1987, p. 82).

A criticidade nas mulheres e homens é fundamental no processo dialógico. O pensar crítico¹⁵ não separa o mundo das pessoas, ou seja, reconhece entre ambos uma inquebrantável solidariedade. Para Freire (1987, p.83), “Somente o diálogo, que implica um pensar crítico, é capaz, também, de gerá-lo”.

O pensar crítico reconhece a dinamicidade da vida. Deixar o pensar ingênuo e compreender o tempo histórico numa perspectiva de palavra-ação-reflexão no intuito de transformação.

Segundo Freire (1987), ninguém ensina ninguém, ninguém aprende sozinho, todos/as aprendem juntos/as, mediatizados pela realidade. Aos sujeitos do processo histórico cabe a busca constante da conscientização através de práticas dialógicas e, assim, criarem condições para transformarem as estruturas de dominação.

Para construir o futuro é preciso primeiro sonhá-lo, imaginá-lo. No livro *Pedagogia da Autonomia*, Freire (1996), critica o neoliberalismo exatamente por negar o sonho, por ser fatalista, por negar a possibilidade de mudança. Para ele o neoliberalismo se apresenta, arrogantemente, como a plenitude dos tempos, não reconhece que a História continua-se fazendo. Para o neoliberalismo não interessa que a história mude. Interessa que ela continue exatamente do jeito que está.

A pedagogia freireana é dialógico-dialética. Não mecânica. A dialética é válida desde que não exclua a subjetividade. Em tempos pós-modernos os/as jovens são desafiados constantemente na transformação de uma cultura pautada na desconfiança, competição, modismo, violência e uso abusivo do poder numa cultura de diálogo e garantia de direitos como práticas emancipatórias.

¹⁵ Segundo Freire, quando o sujeito social inicia a construção de sua consciência crítica, o faz numa prática social histórica e materialmente situada, isto é: a mulher e o homem começam a serem sujeitos sociais em contato com outros/as homens e mulheres e num contexto de realidade que os determina geográfica, histórica e culturalmente. A consciência crítica é uma situação concreta de transformação do sujeito social, de suas relações materiais com os outros e com o mundo; mudar a identidade histórica e material de cada indivíduo só é possível quando essa mudança é produto da transformação do outro/a e do mundo ao mesmo tempo.

Para Boff (2005) “ser crítico é tirar a máscara dos interesses excusos e trazer a tona conexões ocultas. A crítica boa é sempre também auto-crítica. Só assim se abre espaço para um conhecimento que melhor corresponde ao real sempre cambiante. Pensar criticamente é dar boas razões para aquilo que queremos e também implica situar o ser humano e o mundo no quadro geral das coisas e do universo em evolução.”

4.3 Subjetividade juvenil

No contexto atual, abordar temas complexos como juventude e família é imprescindível a discussão acerca da subjetividade para aproximarmos o entendimento acerca da formação do sujeito jovem na pós-modernidade.

A busca do sujeito e de sua subjetividade mobiliza a presente discussão a partir de diferentes fontes para compreender como os jovens de nossa pesquisa vêem o mundo que os rodeia, em especial o ambiente familiar.

Segundo Morin (1996), o sujeito existe a partir do momento em que vamos conhecendo-o melhor, perpassando pela noção de indivíduo, que posteriormente implicará numa noção de indivíduo-sujeito. A relação indivíduo-sujeito envolve a dimensão molecular e da genética até chegar à característica da afetividade na constituição do sujeito. Segundo o mesmo autor a noção de sujeito associa um antagonismo como à exclusão e a inclusão, o seu, o ele e o se. Para explicar esta dinâmica Morin (1996), vai se valer do *pensamento complexo*, ou seja, o pensamento capaz de reunir conceitos que se “rechaçam entre si e que são suprimidos e catalogados em compartimentos fechados” (1996, p. 55).

Além do *pensamento complexo*, o autor afirma também acerca da complexidade que caracteriza a pós-modernidade e mostra-nos que o século XX assistiu a uma invasão da ciência clássica nas ciências humanas e sociais.

Expulsou-se o sujeito da psicologia e o substituímos por estímulos e comportamentos. Expulsou-se o sujeito da história, eliminaram-se as decisões, as personalidades, para só ver determinismos sociais. Expulsou-se o sujeito da antropologia, para ver só estruturas, e ele também foram expulso da sociologia... Não obstante, houve alguns retornos dos sujeitos, retornos as vezes tardios, como em Foucault ou em Barthes, coincidindo com um retorno do Eros e um retorno da literatura. Más é ali que, em filosofia, o sujeito se encontra novamente problematizado (MORIN, 1996, p. 46).

Para as autoras Grinspun, Novikoff, Costa e Ramos (2005), a subjetividade engloba o conhecimento em si, a emoção, o simbólico e a representação que o indivíduo faz de sua própria realidade, bem como o que está disponibilizado pela sociedade e é apreendido e interpretado pelo indivíduo. O Eu desse indivíduo vai

se relacionar com o mundo e tentar compreendê-lo e compreendendo tenta se compreender também.

Segundo Grinspun, Novikoff, Costa e Ramos a complexidade para dar respostas quanto à subjetividade em tempos de pós-modernidade evidencia um momento de “desconstrução do que havia sido trazido como real e verdadeiro; e nessa desconstrução vai se formando, a construção da subjetividade” (2005, p. 07).

Para estas autoras a desconstrução das instâncias políticas e sociais provocam efeitos significativos para o sujeito. A subjetividade ora rege-se pelo auto-conhecimento, ora rege-se pelas imposições que a ordem política social posta traduz.

Ao se aprofundar no universo juvenil focalizado na construção da subjetividade, Grinspun, Novikoff, Costa e Ramos citam três dados significativos que se integram nem sempre de forma precisa e ordenada, mas que ao entender das mesmas autoras precisam de um olhar atento sobre esta temática:

1 – Este jovem que vive esse momento da desconstrução para construção, também, está vivendo internamente o momento das perdas, dos lutos para novas conquistas; em síntese, ele soma interna e externamente perdas que precisam ser re-significadas quando passam a ser novas decisões; 2 – Este jovem tem um olhar para si e para o mundo de acordo com as categorias que ele elegeu de realidade, representação, imaginário, entre outras; neste espaço toda a problemática, hoje, da comunicação, da mídia tem um significado muito grande; 3 – Este jovem tem na construção da subjetividade um aparato muito forte que é a subjetividade construída ao grupo de *pertencimento* do qual ele faz parte que às vezes supera, bloqueia, intimida a sua própria subjetividade (GRINSPUN, NOVIKOFF, COSTA & RAMOS, 2005, p. 07).

A nosso ver esta subjetividade precisa ser mais bem entendida em função de sua complexidade, não apenas colocando-a em confronto com a objetividade. Como afirma Morin (1996), muitas vezes cometemos o erro de reduzir a subjetividade para o campo da afetividade, ora ao campo da consciência.

Santos (1995), em seus estudos sobre a pós-modernidade fala em *redes de subjetividades* que são estruturadas nas relações estabelecidas no cotidiano. Significativamente o social serve como suporte capaz de acolher e ao mesmo tempo provocar alterações na subjetividade. Esta subjetividade, segundo o

referido autor dará a esse indivíduo, situado num determinado contexto, uma identidade que até a assimilação total deste social, será uma identidade provisória.

O social e o cultural são importantes mecanismos na construção da subjetividade sendo ela provisórios ou não. Tanto os jovens como os demais sujeitos convivem nesta cultura integrada a outras culturas. Cita-se como exemplo a cultura da imagem que tem uma função específica no espaço social, mas com relevância no espaço subjetivo. Guatarry (1986), afirma que a imagem atua no plano da subjetividade quando esta mesma produz costumes, valores, gostos, interesses, vontades, desejos e modos de pensar.

Essa cultura de massa produz, exatamente, indivíduos: indivíduos normalizados, articulados uns aos outros segundo sistemas hierárquicos, sistemas de valores, sistemas de submissão [...] não somente uma produção de subjetividade individualizada – subjetividade dos indivíduos – mas uma produção de subjetividade social, uma produção da subjetividade que se pode encontrar em todos os níveis da produção e do consumo (GUATARRY, 1986, p. 16).

No que diz respeito às juventudes o material é rico e profundo. Cabe-nos analisá-lo a luz do contexto onde ela se efetive. Afirma-se que no tocante à subjetividade, temos muito a caminhar. Essa subjetividade pode também ser complementada com uma subjetividade coletiva.

A juventude hoje está exposta e se alimenta de um variado tipo de alimento disponibilizado pelo pós-modernismo. Refletimos que a construção da subjetividade juvenil vem pela prática, pela experiência que ela tem e com os valores que ela assume.

Como afirmou-se no início deste trabalho a juventude é uma categoria social que tem sua singularidade própria. Assim sendo, às famílias destes jovens com a ausência das grandes referências – pai e mãe – construídas histórica e culturalmente, tem colaborado na construção destes sujeitos. A subjetividade vem se afirmando no campo das representações.

Por outro lado, esses jovens ora em questão estão apoiados em questões imediatistas, consumistas e individualistas próprias da pós-modernidade. Juventude não é uma construção imaginária. Ela existe com suas características

próprias, produz uma imagem e necessita acima de tudo, do afeto e compreensão de seus familiares, muito embora a figura paterna e materna exista e sobreviva apenas na sua subjetividade.

Esta dimensão existe e não podemos ocultá-la. É componente fundamental da formação e construção do sujeito. Nosso objeto de estudo não é apenas fruto do que e de onde eles aprenderam, ou de que grupos sociais estão inseridos, mas que esses *meninos* têm um *eu* e sua *subjetividade* que podem ser trabalhadas por pessoas e instituições que estão comprometidas com a Juventude.

4.4 O Jovem como sujeito social

Neste texto pretende-se reafirmar e compreender que os jovens vão além de seus “grupos”, constroem a partir da sua realidade e de seu tempo um determinado modo de ser jovem.

A partir dos estudos de Juarez Dayrell (2003), considero que a temática “*o jovem como sujeito social*” contribui enfaticamente “para problematizar a cultura juvenil contemporânea, evidenciando, por meio dela, os anseios e os dilemas vividos pela juventude brasileira” (DAYRELL, 2003. p. 40).

Embora as contribuições de Dayrell (2003), colaborem para a produção de teoria, o mesmo afirma que fica uma lacuna neste estudo para a construção do objeto. Conhece-se pouco o significado dessa identidade no conjunto e os recortes feitos na realidade juvenil dificultam a compreensão do jovem como sujeito.

Produziu-se ao longo da história um discurso qualificando as juventudes como principais, quando não únicas, as responsáveis pelo aumento progressivo da violência. De tempos em tempos, a opinião pública é surpreendida pela mídia com notícias sobre violência de jovens contra algum “*adulto*”. Fatos dessa ordem têm a propriedade de reforçar o negativismo coletivo e acentuar significativamente os preconceitos contra esse segmento da sociedade.

Para Dayrell:

Construir uma noção de juventude na perspectiva da diversidade implica, em primeiro lugar, considerá-la não mais presa a critérios

rígidos, mas sim como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social (DAYRELL, 2003, p. 42).

Significa que a complexidade deste fenômeno juvenil demanda análises mais apuradas para que as argumentações incorporem nos contextos particulares, evitando generalizações e comportamentos reducionistas. Os fatores estruturais e conjunturais possibilitam o conhecimento da especificidade da manifestação de um determinado grupo em uma realidade micro ou macro.

Nesses termos, entende-se “a juventude como parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem especificidades que marcam a vida de cada um” (DAYRELL, 2003, p. 42). Essas juventudes se concretizam a partir de suas condições sociais, culturais, de gênero, pelas regiões geográficas, entre outros.

Portanto, Dayrell (2003), enfatiza que as juventudes constituem um momento determinado, não se reduzindo a um ritual de passagem da adolescência para a vida adulta, mas sim, se apropriam da importância em si mesma, ou seja, a de serem sujeitos sociais.

A sociedade Pós-moderna exclui a possibilidade de ação e esperam das juventudes comportamentos unificados, impondo-lhes um número significativo e variado de regras, normalizando e abolindo a ação como manifestação de transformação social.

Com o advento das sociedades de massas, intensificam-se os processos de homogeneização de comportamentos. Assim, os/as jovens, na maioria das vezes, absorvem esses comportamentos, dando a impressão de viverem numa sociedade única.

A sociedade capitalista permite a exclusão e a alienação de partes consideráveis da população, cujo discurso e ação foram banalizados, e que podem a qualquer instante ser eliminados, pois não compartilham da idéia de um mundo comum e humanizado.

Nessa perspectiva, o ser humano não é um dado, mas uma construção. A condição humana é vista como um processo, um constante tornar-se por si mesmo, no qual o ser se constitui como

sujeito à medida que se constitui como humano, com o desenvolvimento das potencialidades que o concretizam como espécie (DAYRELL, 2003, p. 43).

Assim, são perversas as experiências que produzem mal-estar aquelas que estão ligadas ao Estado e também a determinadas sociedades que tem a capacidade de gerar eventos desumanizantes como forma de exclusão de parcelas consideráveis da população. Os/as jovens pobres, nesse contexto, são portadores de um estigma, sendo considerados como indivíduos socialmente ameaçadores e subversivos, portanto passíveis de serem “*eliminados*”.

Para Dayrell (2003), existe a possibilidade de o ser humano se constituir, para tanto a de se considerar o seu desenvolvimento biológico e as trocas de experiências no meio aos quais estão inseridos. Conclui que o pleno desenvolvimento de suas potencialidades que o caracterizam como ser humano dependerá exclusivamente da qualidade nas relações sociais.

Mas, o jeito próprio de viver, de ter melhores condições de vida e reconhecimento de seus direitos sociais básicos esbarra na dureza do discurso neoliberal que não reconhecem as juventudes como interlocutores de suas próprias ações. Dayrell (2003), considera que “é nesse processo que cada um deles vai se constituindo como sujeito: um ser singular que se apropria do social, transformando em representações, aspirações e práticas, que interpreta e dá sentido ao seu mundo e as relações que mantém” (DAYRELL, 2003, p. 43-44).

Se tornar pessoas humanas, como afirma Grossi (1992), é construir sistemas estruturantes inconscientes ao nível de representações. Estas estruturas são amparadas por dois pilares: o da lógica e o da dramática. Eles se entrelaçam e no seu antagonismo definem e são determinantes na geração de ações e reações.

A constituição do sujeito necessita desses dois ingredientes, um ingrediente simbólico no sentido da componente marcada pelo significado, pelo valor e pela importância que os acontecimentos vivenciados sócio-afetivamente têm para cada um. Porém, estes acontecimentos não se representam isoladamente (GROSSI, 1992, p. 70).

Segundo Grossi (1992), o conjunto destes dois ingredientes ganha significados para o ser humano, construindo um sistema de relações interiores que se articulam mutuamente. O nosso corpo se caracteriza pelo trânsito de estruturas consciente e inconsciente. “Nosso corpo é forjado num sistema de representações. A representação de nós mesmos configura um Outro, que nos torna um ser geneticamente social” (GROSSI, 1992, p. 70).

Interiormente somos mais de um. No contato dialético com o mundo objetivo, o mundo social e a interação resumem para Grossi (1992), as estruturas epistêmicas e desejantes do sujeito em constante construção.

Para Arruda (2003), o agrupamento planetário de pessoas configura-se num “supercomplexo orgânico-social em formação” (p.185), ou seja, o sujeito embora maciço é inacabado. Ao interagir, Arruda afirma que seus componentes não devem perder a singularidade. O desenvolvimento humano só é possível porque cada indivíduo é único. Sendo único, torna-se um ser pessoal e reflexivo.

Nesse sentido, a contribuição dos autores aponta, portanto, para a necessidade de pesquisas que apontem formas de implementar universalmente as discussões e teorias acerca do universo juvenil, bem como, incentivar ações, elencar avanços, limites e potencialidades no sentido de quebrar os “padrões” e preconceitos construídos historicamente.

Entretanto, os aspectos apresentados neste texto são complexos, mas dão pistas para orientar o trabalho e pesquisas de profissionais com competência teórico-metodológica capazes de recriar e avaliar propostas que apontem para uma ampliação na rede de relações sociais. Apropriar-se de uma lógica de compreensão do processo de “um ser continuamente em construção” (ARRUDA, 2003, p. 201), conectado aos processos sociais geram sujeitos, com direito de viver plenamente sua juventude.

É preciso ressaltar que a história não é linear e que o passado tem nos mostrado para onde não se pode voltar. O desafio é grande e coletivo. A construção de outro mundo é possível a partir do momento que referendarmos os valores humanos universais.

CAPÍTULO V

A EXPRESSÃO JUVENIL

5.1 A opinião dos jovens diante da pesquisa

Os dados coletados por meio do Cadastro Pró-Social e da metodologia de Grupo Focal são de natureza qualitativa. A análise foi realizada levando-se em consideração o contexto social, visto que são dados potencialmente subjetivos. Opta-se em fazer uma análise parcial, objetivando melhor adequar os procedimentos de coleta de dados aos objetivos da pesquisa. Assentamos nosso enfoque nas citações verbais dos participantes do grupo.

Vejamos o que pensam os jovens acerca de alguns temas abordados no GF, que nos permitem entender como estes elaboram suas idéias e assim perceber como a subjetividade colabora na construção do sujeito, na ausência das grandes matrizes: pai e mãe.

No decorrer do GF todos os jovens contribuíram com suas opiniões. Quando aborda-se a temática família a reação do grupo foi de desconforto e risos. Tem-se como exemplo o relato do jovem *M* se manifestando: “Aí ferrô... Preciso ouvir opiniões primeiro... Posso falar depois minha opinião? [...] Ainda não tenho uma opinião formada assim sobre... Família, por isso gostaria de ouvir.” Percebe-se que houve um comportamento de negação. Falar de suas famílias não é algo tranqüilo entre estes. A primeira reação com risos como se o tema fosse engraçado e na seqüência a observação do Jovem *M* confirma que o ambiente familiar traz em seu imaginário o cenário de família ideal.

Baseado em Grinspun, Novikoff, Costa & Ramos (2005), o relato do Jovem *M* tem um aparato significativo na construção de sua subjetividade. O grupo de pertencimento do qual *M* está inserido faz com que ele às vezes supere, bloqueie, intimide a sua própria subjetividade. A subjetividade ora rege-se pelo autoconhecimento, ora rege-se pelas regras impostas pela ordem social.

Forachi (1972), analisa que a condição humana se ajusta ao sistema dominante. Para o jovem assumir-se enquanto adulto corresponde ao esforço de enfrentar as opções da vida que este sistema oferece.

Na seqüência, os jovens foram construindo suas observações acerca do tema...

Acho que a Família... Porque é muito importante ter uma boa família porque você aprende educação. E um pouco do que você é o que sua família te ensina... Acho que isso é muito importante ter uma boa educação de família que você pode passar pra frente, levando esta educação. [...] É como eu disse né... A pessoa se reflete na família né... Então, se a família não fô boa, a tendência da pessoa não ser boa também é maior. Se a família der uma boa educação a tendência da pessoa é ser educada, ter princípios e amar. Acho que é isso... (Jovem *P*).

Neste relato o Jovem *P* vê a família como instituição educadora. Que toda a educação emerge no seio familiar. Sua postura diante da vida depende exclusivamente das relações estabelecidas no interior desta. O discurso do Jovem *P* traduzido nas palavras de Monteiro e Cardoso (2001), expressa que o discurso sobre família na atualidade permanece com a atribuição de cuidar e educar a prole. Porém, mostra-se sem referências de executar esta tarefa. Vários são os fatores: complexidade da vida moderna, as intervenções do saber científico sobre como educar as crianças e a superficialidade nos vínculos afetivos, inclusive os parentais.

Segundo o Jovem *J*, a família passa pelo campo da responsabilidade. De acordo com sua fala "A família pra mim... Uma pessoa tem que ter uma boa família, uma... Que eduque bem... Seja responsável... Só". É necessário considerar o contexto deste jovem que reside apenas com a avó paterna. Não conheceu sua genitora. O alcoolismo impediu que seu pai assumisse a responsabilidade enquanto pai. Losasco (2003), afirma que atualmente a configuração familiar modificou-se profundamente, e mesmo que a instituição família encontra-se num processo de desestruturação e crise ela ainda é um "porto seguro".

Como afirma o Jovem *R*, o mesmo tem em seu ideário a família unida. O pano de fundo é a ruptura dos vínculos afetivos. Por ter se envolvido em ato infracional e ter ficado recluso por um período de sua vida inspirou-o a construir este discurso de boa convivência para respaldar sua idéia de que o espaço familiar é o espaço da boa convivência. "Família é bom né, mas depende da família tamém. Se tiver uma família unida, família unida né, que seja, que não

briga com o outro, que seja tudo do bem, que se dá bem com o outro. Isso daí que é família, e não família que briga... Só isso..." (Jovem R).

O Jovem L relata "Bom, família pra mim é respeito, solidariedade, saúde (grifo nosso), felicidade e harmonia." No seu discurso o Jovem L retoma a questão saúde, uma vez que seus genitores faleceram por terem contraído o vírus HIV. Aspectos como solidariedade, felicidade e harmonia sempre foram questões ausentes do âmbito familiar. A saúde é fator subjetivo na construção do conceito de família. De acordo com Forachi (1972), a transição da condição de jovem para a vida adulta é complexa e difícil, haja vista as diversas alternativas expostas aos jovens. As contradições inerentes que o Jovem L passou da família de orientação para a família de procriação tem repercussão quanto às incertezas de sua própria condição pessoal.

De acordo com o Jovem G as matrizes pai e mãe aparecem explicitamente imbricadas no seu discurso. Ao mesmo tempo não existe nenhum contato com o seu pai, pois o mesmo está em regime de reclusão há vários anos e sua mãe é falecida. A família do Jovem G se aproxima das novas configurações existentes na sociedade. Também existe no seu imaginário o modelo de família nuclear. Vê as contradições dentro da família como uma forma de "bem educar", não levando em consideração se este modo é violento ou não, mas o que prevalece é o fato de estar participando de um núcleo familiar. Confira a fala...

Bom, família é mais do que tudo que união né. Porque, apesar das brigas que tem dentro dela, das controvérsias, nem tudo, os nossos pais, nossas mães, nossos avós, às vezes brigam com a gente, mas não porque eles querem ou porque não gostam, mas sim porque eles estão tentando ajudar. Porque eles já são mais experientes, sabem o que passaram. Então muitas vezes a família é bom por causa dos conselhos deles. Não apenas por causa de elos de família, mas, mas sim porque tem que ser nossos amigos também, porque amigos fora podem nos trair também. A nossa família nunca nos trai. Essa é minha opinião de família (Jovem G).

O jovem M quando no início não tinha opinião formada sobre o assunto, retoma seu relato para afirmar que a família perpassa o caminho da união. Como sabemos o mesmo reside somente com a avó materna. A nosso ver, além de

idealizada, sua observação é contraditória. O Jovem *M* se refere sobre uma família inexistente, ao menos no plano real. Busca algo que está implícito em seu discurso.

Agora eu posso falar se quiser eu já tenho minha opinião... [...] Ah... Igual já foi dito né... Igual não... Quase... É que existem, depende da família. Se a pessoa, existe aquela família unida que aos finais de semana se unem na casa de um, na casa de outro né, quer dizer a família, eu acho que é uma das melhores famílias que existem são as famílias que se unem, que são unidas né, irmãos... Agora existem famílias né, tem filhos que não conversam com pai, tem irmão que não se conversam, os cunhados, então acho que este fato de serem brigados não é bom pra família porque neste fato de ser brigados até crianças que nascem podem ficar prejudicadas por este afastamento da família. Então é esta minha opinião (Jovem *M*).

Na temática sobre o que pensam sobre família percebe-se que os jovens construíram seu discurso a partir de representações baseados nos modelos da família tradicional burguesa. São envolvidos na dinâmica de que uma boa família é aquela que não briga, dá educação e tem união. Isso nos dá a entender que seus referenciais estão sustentados no campo das representações simbólicas, uma vez que existe a figura do pai e da mãe, e, no entanto, sabe-se que na realidade essas figuras são ausentes.

Bourdieu (1987), ilumina esta reflexão com a constatação de que a família é o sujeito principal das estratégias de reprodução e manutenção da ordem social. A família assume o poder de acumulação e transmissão dos diferentes tipos de capital. Independente das variações e dos sentimentos individuais a família reafirma, cria e reproduz constantemente afeições obrigatórias e obrigações afetivas (amor conjugal, amor paterno e materno, amor filial, amor fraterno etc).

A juventude entendida aqui como categoria social teve mudanças significativas ao longo da história. O que caracteriza esta juventude é a forma como os grupos pertencentes a esta categoria se apresentam. A juventude da década de sessenta, dos anos da ditadura é extremamente diferente da juventude em 2007, em termos de vontade política, desejos e intenções. A juventude negra, hoje, com todas as suas lutas e desafios é diferente do tempo da escravidão. O contexto familiar em que os jovens estão inseridos hoje modificou significativamente no bojo da sociedade. Todo o contingente de dados, símbolos,

representações interferem na construção de sujeitos de um determinado período histórico.

O dado que nos parece, entretanto, mais significativo, e objeto mais explícito dessa nossa análise é a questão da juventude, aqui identificada no perfil da questão cultural e histórica. A juventude é resultante de um complexo processo histórico e social, que traz as marcas da cultura onde ela é estabelecida e o tempo pela qual é concebida.

Quando indagados sobre os sentimentos que despertam ao falar sobre suas famílias os jovens se manifestaram de diversas formas ajudando a esboçar esta análise.

A primeira reação se compara quando pergunta-se sobre o que pensavam sobre família. O Jovem *G* exclama “Vixi Maria!” Nota-se de imediato certa precaução em relação aos seus sentimentos. Percebe-se também que os jovens vivem seus sentimentos, mas não sabem se expressar. Tem muita dificuldade em falar. Percebe-se que por vários momentos o silêncio falou por si.

Para o Jovem *G* o sentimento é de:

[...] alegria... Saber que temos uma família, embora muitos não tem. Então acho que a gente deveria dar valor né... Tem muitos que não tem família, não tem onde recorrer, não tem um braço (...) então acho que os que tem, tem que dar valor, por mais pior que seja, não deixa de ser família (Jovem *G*).

Percebe-se que o Jovem *G* tem a família, mas é como se não tivesse. Ele não se coloca no processo. Fala do sentimento alegria, mas não consegue se enxergar nela.

O Jovem *L* apenas silenciou. Para ele foi difícil falar de seus sentimentos. Sua expressão foi demonstrada através do olhar. O calar foi o modo de demonstrar o que sentia.

O Jovem *J* disse “companheirismo da família, amor, afeto...” Neste caso houve um desabafo daquilo que está em falta. Não soube definir em seu discurso qual o sentimento.

O silêncio também esteve presente quando o Jovem *R* foi se pronunciar. Após o silêncio disse:

Fico feliz em saber que minha família tem mais... Mais intimidades... Minha mãe, meu pai, meu irmão, minha vó... Agora tiu, tia... Assim... A maioria deles... Eles não gostam muito de mim. Não tem muito apego, essas coisas, tem mais... As pessoas que eu mais confio. Assim... (Jovem *R*).

Este mora com os tios e traz a figura da mãe, do pai e dos avós para desabafar uma carência afetiva. A confiança e o apego são marcas profundas no atual relacionamento familiar. O Jovem *R* se sente discriminado e o sentimento que a nosso ver está implícito é o de não pertencimento ao grupo.

No relato do Jovem *M*: “Quando estou com minha família eu me sinto (silêncio) feliz, porque família pra mim é tudo né. Porque (silêncio) Eu me sinto bem quando eu estou com minha família.” Percebe-se mais uma vez a dificuldade em falar de sentimentos. Para este, estar com a família traz a sensação de bem-estar. Mas a “minha família” como afirmou, implica num sentimento possessivo e de medo de mais uma perda. Estar com a figura da avó representa o tudo, ou melhor, aquela que o assumiu enquanto filho.

Para Santos (1995), as relações servem como suporte capaz de acolher ao mesmo tempo provocar alterações na subjetividade. De acordo com o autor a subjetividade dará a esse jovem situado num determinado contexto uma identidade provisória, até a assimilação total desta relação social. Morin (1996) afirma que a relação indivíduo-sujeito envolve a dimensão molecular e da genética até chegar à característica da afetividade na constituição do sujeito.

No caso do Jovem *M* e dos demais, vale ressaltar o papel feminino da avó. Há um sentimento que perpassa a razão e comprova o que Maturana (2004) afirma sobre o termo “matrístico” onde a mulher tem uma presença mística, acolhedora e liberadora do maternal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com nossa hipótese de que a ausência das grandes matrizes pai e mãe, exerce importante papel na construção do sujeito, com ressalvas.

A luz de toda teoria expressa neste trabalho e as afirmações dos jovens constata-se que a família destes meninos está construindo sujeitos baseados na cultura da imagem. A imagem como afirma Guattary (1986), tem função específica no espaço social, com relevância na construção da subjetividade. Para a autora a imagem atua no plano da subjetividade quando esta mesma produz costumes, valores, gostos, interesses, desejos e modos de pensar. É uma cultura de massa que produz indivíduos normalizados, articulados uns aos outros segundo sistemas hierarquizados e de submissão.

Sabe-se que não são necessárias as grandes matrizes pai e mãe para construir sujeitos emancipados, mas ao menos que os atores envolvidos no processo se posicionem nas diversas situações pessoais e sociais. Como não há o envolvimento afetivo e social, percebe-se que os vínculos são frágeis e sem consistência.

Segundo Santos (1987), a modernidade nos fez muitas promessas que não foram cumpridas. Os princípios da pós-modernidade desautorizam o sujeito de promover estratégias de mudança e, por outro lado, recupera-se a idéia de que há pessoas que buscam na essência da modernidade possíveis soluções de resolução de sua crise e confiam na ação do sujeito para mudar o rumo da história.

Os dados coletados são particulares e representam uma realidade em particular. Todo o desconforto destes jovens se baseia, de acordo com Freire (1987), na ausência de amor, humildade e fé nas mulheres e homens, que impede a construção de relações horizontais. O neoliberalismo nega o sonho e toda a possibilidade de mudança. Nega toda a forma de “palavra-ação-reflexão” (FREIRE, 1987). Toda a possibilidade de diálogo é negada, assim sendo, exclui-se a subjetividade.

Pensa-se que o foco da análise da pesquisa não se manifestou no conteúdo percorrido pelo grupo, mas sim no discurso que permitiu inferir um sentido oculto, as representações ideológicas, os valores e os afetos vinculados

ao tema família. A metodologia do Grupo focal de acordo com os autores citados de que pequenos grupos tendem a reproduzir nos jogos de conversação, o discurso ideológico das relações macrosociais, conforme aponta Gondim (2002). Este discurso é uma forma de tirar as máscaras do processo de alienação e torná-lo realidade para os jovens.

A família, independente de sua configuração exerce importante papel na construção do sujeito, mas é imprescindível a participação e a mobilização de parceiros – pessoas e instituições – que disponibilizem oportunidades para os jovens se constituírem enquanto sujeito social emancipado. A mudança da identidade histórica e material de cada sujeito só é possível quando essa mudança for produto da transformação do outro/a e do mundo ao mesmo tempo. “A esperança está na própria essência da imperfeição dos homens, levando-os a uma eterna busca” (FREIRE, 1987, p. 82).

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel & BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). **Retratos da Juventude Brasileira – Análises de uma pesquisa nacional**. Instituto Cidadania e Editora Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2005.

ANDRÉ, Marli E. D. A. & LUDKE, Menga. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. EPU: São Paulo, 1986.

ARRUDA, Marcos. **Humanizar o infra-humano**. A formação do ser integral: Homo evolutivo, práxis e economia solidária. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2003.

ASCHIDAMINI, Ione Maria; SAUPE, Rosita. **Grupo Focal – Estratégia metodológica qualitativa: Um ensaio teórico**. São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.calvados.c3sl.ufpr.br/> Acesso em: 30 Dez 2007.

AYUSTE, Ana. **Pedagogia crítica e modernidade**. *Pátio*, São Paulo, Ano I, nº 2, p. 60-64, ago./out. 1997.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

BECKER, Maria Josefina. **A ruptura dos vínculos: quando a tragédia acontece** In: KALOUSTIAN, Sílvio Manoug. (Org.). *Família Brasileira – A base de tudo*. São Paulo: Cortez Editora, 2004. p. 60-75.

BOCK, Ana Mercês Bahia. **A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão**. Cad. CEDES., Campinas, v.24, n.62, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/> Acesso em: 05 Set 2006.

BOFF, Leonardo. *Críticos, Criativos e Cuidantes*. Texto publicado em 2005.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/DF, 1988.

_____, Câmara dos Deputados. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília/DF, 1990.

_____, Ministério da Saúde. **Sistema de Informações sobre mortalidade**. Brasília/DF, 2002.

_____, Câmara dos Deputados. **Lei Orgânica de Assistência Social**. Brasília/DF, 2004.

BORDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

CARMO, Paulo Sérgio. Juventude no singular e no plural. In: **As Caras da Juventude**. Cadernos Adenauer. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Juventudes e Cidades Educadoras**. Editora Vozes: Petrópolis/RJ, 2003

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. A priorização da família na agenda da política social In: KALOUSTIAN, Sílvio Manoug. (Org.). **Família Brasileira – A base de tudo**. São Paulo: Cortez Editora, 2004. p. 93-107.

CORTI, Ana Paula; SOUZA, Raquel. *Diálogos com o mundo juvenil – Subsídios para Educadores*. São Paulo: Ação Educativa, 2004.

COSTA, Antônio C. Gomes. A família como questão social no Brasil In: KALOUSTIAN, Sílvio Manoug. (Org.). **Família Brasileira – A base de tudo**. São Paulo: Cortez Editora, 2004. p. 19-25.

COUTINHO, Maria Lúcia Rocha. Transmissão geracional e família na contemporaneidade In: BARROS, Myriam Lins. (Org.). **Família e Gerações**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000. p. 91-106.

CUPOLILLO, Mercedes Villa; COSTA, Adriana de Oliveira B. & PAULA, Janaína Teixeira Silva. Os avós como suporte na criação dos netos. In: SOUSA, Sônia M. Gomes & RIZZINI, Irene (Coord.). **Desenhos de Família – Criando os filhos: a família goianense e os elos parentais**. Goiânia/GO: Cãnone, 2001. p. 118-216.

DAYRELL, Juarez. *O jovem como sujeito social*. In: **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, nº 24, 2003.

DICK, Hilário. *Gritos silenciados, mas evidentes – Jovens construindo juventude na História*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

DRAIBE, Sônia Miriam. Por um reforço da proteção à família: contribuição à reforma dos programas de assistência social no Brasil In: KALOUSTIAN, Sílvio Manoug. (Org.). **Família Brasileira – A base de tudo**. São Paulo: Cortez Editora, 2004. p. 109-130.

DUARTE, Newton. **Formação do indivíduo, consciência e alienação:** o ser humano na psicologia de A. N. Leontiev. **Cad. CEDES.**, Campinas, v. 24, n. 62, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>> Acesso em: 05 Set 2006.

ERIKSON, Erik H. **Identidade, Juventude e Crise.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FARIA, A. Vasconcelos. **A família ainda é amada, desejada e sonhada.** *Mundo Jovem: Um Jornal de Idéias*, Porto Alegre/RS, Ano 45, n. 374, p. 14, mar. 2007.

FERRARI, Mário & KALOUSTIAN, Sílvio Manoug. Introdução: A importância da família **In:** KALOUSTIAN, Sílvio Manoug. (Org.). **Família Brasileira – A base de tudo.** São Paulo: Cortez Editora, 2004. p. 11-15.

FORACHI, Marialice M. **A juventude na sociedade moderna.** São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1972.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. **Grupos Focais como técnica de investigação qualitativa:** *Desafios metodológicos.* Salvador/BA, 2002. Disponível em: <<http://www.sites.ffclrp.usp.br/>> Acesso em: 28 Dez 2007.

GROSSI, Esther Pillar. Só ensina quem aprende **In:** GROSSI, Esther Pillar & BORDIN, Jussara (Org.). **Paixão de Aprender.** Petrópolis: Vozes, 1992. p. 69-73.

GRISPUN, M.P.S.Z. et. al. (2005). **Juventude e subjetividade: imagens de uma (possível) realidade.** Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes> Acesso em: 15 out. 2007.

GUATARRY, Félix e ROLNIK, Sueli. **Micropolítica: Cartografias do desejo.** Petrópolis: Vozes, 1986.

GUEDES, Simoni Lahud & LIMA, Michelle da Silva. Casa, Família nuclear e Redes sociais em bairros de trabalhadores **In:** BARROS, Myriam Lins. (Org.). **Família e Gerações.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006. p. 131-163.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.** Rio de Janeiro, 2004.

KLOSINSKI, Gunther. **A adolescência hoje: situações, conflitos e desafios**. São Paulo: Editora Vozes, 2006.

LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo**. São Paulo: Moraes, 1978.

LOSASCO, Sílvia. O jovem e o contexto familiar *In*: PERES, Vanúzia L. Andrade. **Desenhos de Família**. *In*: ACOSTA, Ana Rojas & VITALE, Maria Amália Faller (Orgs.). **Família: Redes, Laços e Políticas Públicas**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2003.

PERES, Vanúzia L. Andrade. Concepções de Família em população de periferia urbana. *In*: SOUSA, Sônia M. Gomes Souza (Org.). **Infância, Adolescência e Família**. Goiânia/GO: Cãnone Editorial, 2001. p. 217-229.

LURIA, A. R. *O cérebro humano e a atividade consciente*. *In*: **Linguagem, desenvolvimento e a aprendizagem**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

MARTINS, Heloísa Helena T. de Souza; AUGUSTO, Maria Helena Oliva. **Juventude(s) e transições**. *Tempo soc.*, São Paulo, v. 17, n. 2, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>> Acesso em: 02 Set 2006.

MATURANA, Humberto. **Conversações matrísticas e patriarcais**. *In*: *Amar e Brincar – Fundamentos esquecidos do humano*. São Paulo: Palas Athena, 2004.

MELLO, Luiz. **Novas Famílias – Conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2005.

MONTEIRO, Luiza Pereira & CARDOSO, Norma A. Família e criação de filhos. *In*: SOUSA, Sônia M. Gomes & RIZZINI, Irene (Coord.). **Desenhos de Família – Criando os filhos: a família goianense e os elos parentais**. Goiânia/GO: Cãnone, 2001. p. 95-115.

MORIN, Edgard. A noção do sujeito. *In*: SCHNITMAN, Dora Fried (Org.) **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

NEDER, Gizlene. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil *In*: KALOUSTIAN, Sílvia Manoug. (Org.). **Família Brasileira – A base de tudo**. São Paulo: Cortez Editora, 2004. p. 26-46.

NETO, Otávio Cruz; MOREIRA, Marcelo Rasga; SUCENA, Luiz Fernando Mazzei. **Grupos Focais e Pesquisa Social Qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação**. São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.calvados.c3sl.ufpr.br/>> Acesso em: 30 Dez 2007.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar *In*: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro & LEAL, Maria Cristina. (Orgs.). **Política Social, Família e Juventude** – uma questão de direitos. Rio de Janeiro: Cortez Editora, 2004. p. 25-42.

PERES, Vanúzia L. Andrade. Desenhos de Família. *In*: SOUSA, Sônia M. Gomes & RIZZINI, Irene (Coord.). **Desenhos de Família** – Criando os filhos: a família goianense e os elos parentais. Goiânia/GO: Cãnone, 2001. p. 73-93.

PERES, Vanúzia L. Andrade. Concepções de Família em população de periferia urbana. *In*: SOUSA, Sônia M. Gomes Souza (Org.). **Infância, Adolescência e Família**. Goiânia/GO: Cãnone Editorial, 2001. p. 217-229.

RIBEIRO, Eliane; LÂNES, Patrícia. **Diálogo Nacional para uma Política Pública de Juventude**. Rio de Janeiro: Ibase; São Paulo/SP: Polis, 2006.

RIBEIRO, Rosa Maria; SABÓIA, Ana Lúcia; BRANCO, Helena Castello & BREGMAN, Sílvia. Estrutura familiar, trabalho e renda *In*: KALOUSTIAN, Sílvio Manoug. (Org.). **Família Brasileira** – A base de tudo. São Paulo: Cortez Editora, 2004. p. 135-183.

RIZZINI, Irene. Crianças, Adolescentes e suas bases familiares: Tendências e preocupações globais. *In*: SOUSA, Sônia M. Gomes & RIZZINI, Irene (Coord.). *Desenhos de Família* – **Criando os filhos**: a família goianense e os elos parentais. Goiânia/GO: Cãnone, 2001. p. 24-44.

ROURE, Glacy Q. Em Nome do Pai *In*: SOUSA, Sônia M. Gomes Souza (Org.). **Infância, Adolescência e Família**. Goiânia/GO: Cãnone Editorial, 2001. p. 231-250.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice** – O Social e o Político na Pós-modernidade. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

SERRA, Áurea Esteves. **Conto, canto e encanto com a minha história... Birigüi – Cidade Pérola**. São Paulo: Editora Noovha América, 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

SPÓSITO, Marília Pontes. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. *In*: **Retratos da Juventude Brasileira** – Análises de uma pesquisa nacional. Instituto Cidadania e Editora Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2005.

TAKASHIMA, Geney M. Karazawa. O desafio da política de atendimento à família: dar vida às leis – uma questão de postura *In*: KALOUSTIAN, Sílvio Manoug. (Org.). **Família Brasileira** – A base de tudo. São Paulo: Cortez Editora, 2004. p. 77-92.